
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
(Núcleo Temático: Organizações Educacionais)**

**O CORPO NA ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE
CULTURA E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO**

RAFAEL PRAXEDES SOUZA

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Setembro - 2010

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
(Núcleo Temático: Organizações Educacionais)**

**O CORPO NA ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE
CULTURA E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO**

RAFAEL PRAXEDES SOUZA
Orientador: Prof. Dr. Romualdo Dias

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Setembro - 2010

Agradecimentos

Gostaria de agradecer minha família por todo amor, apoio e confiança que sempre tiveram por mim.

Minha mãe, minha admiradora e eterna fonte de carinho.

Mateus, meu irmão mais velho que além de todo apoio também é alguém que sempre me inspiro.

Rodrigo, irmão que tenho um grande amor e afinidade nos pensamentos, também tive, com ele, a oportunidade de compartilhar minhas inquietações e receber preciosas orientações.

Carolina, minha companheira e que sempre contribuiu em todas as minhas etapas de pesquisador. Sempre pude contar com seu apoio, mesmo nos momentos em que estava cansada. Minha maior crítica, uma referência importante.

Romualdo, meu mestre que desde 2003 tive a oportunidade de conviver, competência inquestionável o maior estudioso que já conheci, com uma sabedoria que não se limita a uma determinada área do conhecimento. Mestre que espero ter sua amizade e troca de conhecimento pelo maior tempo possível.

À banca examinadora, Afonso e Dulce, que leram meu trabalho com muita atenção e puderam contribuir bastante, oferecendo-me condições para desenvolver meu trabalho de escrita.

Aos meus amigos de Rio Claro e São Paulo, que ficaram felizes com meu ingresso no mestrado e compreenderam as festas que não pude ir.

RESUMO

Esta pesquisa analisa alguns limites e algumas possibilidades da ação educacional na escola a partir de minhas inquietações diretamente relacionadas com o controle dos corpos dos educandos. Nosso estudo tem como objetivo cartografar os corpos dos alunos de escolas públicas do Estado de São Paulo. Estamos atentos para identificar e investigar a emergência de uma possível “cultura policial” no interior da escola, e escolhemos duas fontes documentais que nos ajudarão a entender este processo: os livros de ocorrências e o “PROERD”, programa da polícia militar levado para a sala de aula. Nos documentos recolhidos aparece a necessidade de reformar os alunos, por meio da estratégia da vigilância permanente e da responsabilização por suas atitudes. Opera pelo reforço da informação de que todas as atitudes não desejadas serão marcadas com o acréscimo de conduzirem inevitavelmente a um suposto “caminho ruim”. Temos, deste modo, caracterizado o eixo do controle sobre os corpos. Elucidamos os mecanismos de controle a partir da leitura de BENTHAM, que promete resultados ótimos se a sociedade for vigiada o tempo todo e destaca a importância de que todos saibam que são vigiados. Os estudos de SKINNER e THOREAU apresentam a importância e os benefícios de uma sociedade planejada, com controle da natureza e do humano. Entendemos que a escola é uma instituição política e que o controle não consegue capturar completamente as pessoas, e a partir deste posicionamento demarcamos o que vibra fora do visível. Perguntamos: como os alunos conseguem dar vida à escola? Os sinais de rebeldia também podem ser sinais de vida, compreendidos como reações de um corpo que se manifesta mesmo quando é anestesiado. Trabalharemos um segundo eixo, o da emancipação, utilizando a sensibilidade do cartógrafo, que está atento aos sinais e aos gestos que escapam aos mecanismos de controle em funcionamento no interior da escola.

Palavras-chave: Corpo, Processo de subjetivação, Controle e Emancipação.

ABSTRACT

This research examines some limitations and some possibilities of educational action at school from my concerns directly related to the control of bodies of students. Our study aims to chart the bodies of public school students of São Paulo. We are aware to identify and investigate the possible emergence of a "police culture" within the school, and chose two documentary sources that help us understand this process: the books of occurrences and "PROERD" program of the military police led to the classroom. In documents obtained appears the need to reform the students through the strategy of constant supervision and accountability for their actions. Operates by strengthening the information that all unwanted attitudes will be marked with the addition that it lead inevitably to a supposed "bad way". We thus characterized the axis of control over their bodies. We explain the mechanisms of control from the reading of BENTHAM, which promises optimal results if the society is monitored all the time and highlights the importance that everyone knows they are monitored. The studies of SKINNER and THOREAU present the importance and benefits of a planned society, with control of nature and the human. We understand that school is a political institution and that the control can not fully capture the people, and from this position we defined what vibrates off the visible. We ask: how students can give life to school? Signs of rebellion can also be signs of life, understood as reactions of a body that is manifested even when it is anesthetized. We will work a second axis, the emancipation of using the sensitivity of the cartographer, who is aware to the signs and gestures which escape the control mechanisms operating within the school.

Keywords: Body, Subjective process, Control and Emancipation.

INTRODUÇÃO

A cartografia dos corpos dos alunos na escola pública se inicia com o apelo à memória de minhas diversas passagens pela escola, e por isso relembro a minha história. Posso considerar que nunca fui o exemplo de aluno bem comportado, mas sempre respeitei os professores. Desobedecia a regra de ir e vir; muitas vezes pulei o muro, na maioria delas para entrar na escola atrasado, porém somente pulava o muro porque as portas já estavam fechadas... Lembro-me que um dia o portão estava destrancado, então abri e saí ou entrei, não tenho certeza. Nos intervalos, quando a bola caía na rua, era preciso ser rápido para pegá-la: caso demorássemos, a bola seria roubada. O tempo do intervalo (que jogávamos bola) sempre foi pequeno e, sendo assim, não passava pelo pensamento dos alunos pedirem autorização ao diretor para sair da escola e pegar a bola.

Houve uma época em que muitos alunos pulavam o muro para fugir das aulas. A saída encontrada pela escola foi aumentá-lo e diversificar as formas de controle. Lembro que logo no início destas mudanças, algum amigo me ensinou um novo caminho para o muro alto. Éramos criativos em nossas estratégias de enfrentamento dos mecanismos de controle impostos sobre nós.

Gostávamos da escola, meu grupo e eu. Conhecia quase toda a escola, mas havia um grupo com quem me identificava mais; até formamos um grêmio estudantil, organizamos passeios ao parque de diversão, promovemos uma festa no sábado à noite, convencemos o diretor a comprar outro equipamento de tênis de mesa, fizemos campeonatos de diversos esportes e a reforma da quadra. Todas as nossas ações visavam tornar a escola mais agradável. Lendo Walden II, de Skinner, penso que muitas de nossas ações seriam permitidas naquela sociedade fictícia como um reforço positivo, mas possivelmente os campeonatos competitivos que resultaram em algumas frustrações não seriam permitidos. As emoções não eram controladas e sim vividas com resultados que podem ser considerados positivos ou negativos.

Sinto que nunca saí da escola e passei por diversas etapas diferentes, como aluno, pesquisador, estagiário, professor e agora professor pesquisador. Separar o momento em que sou professor e o momento em que sou pesquisador é praticamente impossível, pois sempre tento observar tudo que acontece na escola e sempre sou o professor na visão dos alunos e dos superiores. As leituras durante todo o curso de mestrado afetaram minha prática, me auxiliaram a perceber que

atos aparentemente simples no cotidiano escolar, como anotar o nome do aluno em um livro de ocorrência toda vez que ele levanta ou fala na hora que o professor considera inapropriada, não são nada simples.

Mesmo assim ainda pertenço a este grupo escolar, trabalho sob as mesmas regras adotadas pela escola¹, tanto pela forma como elas são construídas, quanto para quem elas realmente são construídas. Lembro de um tema muito reforçado por Bentham, sobre “quem vigia os guardas?”:

Regozijo-me com o fato de que há, agora, pouca dúvida de que o plano possui as vantagens fundamentais que venho atribuindo a ele: quero dizer, a aparente onipresença do inspetor (se os teólogos me permitirem a expressão), combinada com a extrema facilidade de sua real presença.

[...]

Outra vantagem importante, quaisquer que sejam os propósitos aos quais o plano possa ser aplicado, particularmente onde ele é aplicado aos propósitos mais severos e coercivos, é que os *subguardas* ou *subinspetores*, os empregados ou subordinados de qualquer tipo, estarão sob o mesmo e irresistível controle do *guarda-mor* ou *inspetor-mor*, da mesma forma que os prisioneiros ou outras pessoas a serem governadas. (BENTHAM, 2000, p. 26)

O controle sobre os corpos sempre me chamou a atenção durante todo o curso de graduação em Educação Física. Lembro-me de um dos primeiros livros que adquiri neste período, **Imagens da educação no corpo**, de Carmen Soares. Deste livro minha principal lembrança é a transição das brincadeiras espontâneas de circo na rua, para as ginásticas organizadas principalmente pelos militares e apoiada pela ciência, buscando a formação do corpo firme e rígido. Nesta transição também está o deslocamento do discurso da formação do indivíduo vadio (vagabundo), com baixo valor moral na sociedade, para o sujeito disciplinado e que constituirá uma sociedade desejada:

A ginástica pensada por Amoros insere-se no conjunto das normas de conduta moral e de pedagogias que se elaboram para formar ou reformar o corpo, regulando corretamente suas manifestações e educando a vontade. É o corpo que objetiva a ação educativa e moral por excelência. (SOARES, 2002, p. 37).

¹ Quem faz as regras? Identificamos aqui outro tema que demanda análise neste contexto em que nos esforçamos para compreender a complexidade das relações entre a escola e o contexto em que se situa.

A preocupação em estudar a educação com o olhar atento ao corpo fez-se presente em meu Trabalho de Conclusão de Curso no qual estudei a concepção de corpo presente em uma escola cujo projeto pedagógico se apresentava pretensamente como inovador, sobretudo com a assumida vinculação da instituição ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste trabalho, desenvolvido entre os anos 2003 a 2005, na Escola Municipal Hermínio Pagotto, localizada no assentamento Bela Vista – Araraquara - SP, encontramos alguns educadores preocupados com o corpo. Os educandos tinham oportunidades de interagir com o campo, como o projeto da horta na escola e a cozinha experimental. Nestes projetos os alunos faziam bolo com o milho plantado no próprio terreno da escola. Porém esta escola do assentamento era conduzida por professores do município de Araraquara. Ela se estruturava muito mais como uma escola urbana situada no meio rural. Seu projeto pedagógico e também a organização curricular não tocavam em nada que se referia a condição do ensino voltado para a realidade do campo.

Atualmente minha inquietação consiste em cartografar o corpo na escola contemporânea. Analisamos as relações entre os processos de subjetivação e a emergência de uma cultura policial. Detectamos nítidos sinais de uma mentalidade policialesca entre os educadores no interior da escola. Daí surgiu a nossa pergunta nuclear: há uma cultura “policialesca” emergindo no interior da escola? E, se existe esta cultura, quais características a constitui? A pergunta sobre a emergência da cultura policial no interior da escola conforma o eixo temático que nos possibilita articular os processos de subjetivação com os processos educacionais. Entendemos que esta cultura policial em construção no cotidiano escolar revela uma política de subjetivação em curso. Nesta cultura identificamos o modo como a escola forma um tipo de sujeito para esta sociedade em que vivemos, assentada nos princípios do mercado neoliberal. Há uma clara formação de sujeitos com seus corpos anestesiados e com a condição de pensamento extremamente fragilizada. Resulta daí um sujeito totalmente vulnerável e prontamente entregue aos mecanismos de captura do consumo exacerbado em vigor no capitalismo neoliberal.

Para estudarmos este processo definimos um percurso teórico que nos ajuda a entender os antecedentes desta cultura policial. Neste percurso destacamos a leitura dos seguintes livros: 1) **O Panóptico**, de Bentham, 2) **Walden, ou, A vida nos bosques** de Thoreau e 3) **Walden II**, de Skinner. Investigamos a cultura policial

presente na escola em duas fontes documentais: 1) os livros de ocorrência e 2) o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). Como arcabouço teórico que nos sustenta para a cartografia dos corpos dos alunos na escola, fizemos a leitura de Michel Foucault em suas obras **Segurança, território, população** e **Em defesa da sociedade**. Acrescentamos a leitura de Deleuze sobretudo em suas análises sobre a sociedade de controle. Pretendíamos compreender o funcionamento do Biopoder e da Biopolítica como parte constituinte dos atuais processos de subjetivação. Trabalhamos com dois quadros teóricos: o quadro 1, com estudos que fortalecem o eixo do controle do corpo e o quadro 2, com estudos que apontam os sinais da resistência presente nos corpos. Aprofundaremos estes estudos no capítulo 3, na tentativa de entender a origem e os mecanismos da cultura policlesca na escola ao mesmo tempo em que estamos atentos às marcas daquilo que escapa aos modos de controle exercidos sobre os corpos dos educandos.

De forma mais ampla refletimos sobre o sentido da escola e o sentido do conhecimento para o mundo contemporâneo. Observamos que a escola não consegue se desligar do passado e aceitar que as verdades não são mais coisas absolutas, suas práticas não fazem mais sentido para os alunos, que não sabem o que estão fazendo na escola. O conhecimento escolar não tem feito parte da vida dos alunos, não é assunto entre esse público jovem e o assunto destes não é bem vindo na sala de aula, dando margem para anotações e discursos do tipo: “para fazer isso você é esperto, mas para fazer minha lição nada, né?”. A escola também não consegue lidar com a liberdade e não tem a certeza da obediência, vivendo com medo e constantemente tentando reprimir os desejos e o movimento. Em um mundo dinâmico a escola busca o estático, perdendo o sentido de existir com seu conhecimento desvinculado do mundo contemporâneo.

Sobre um olhar mais específico estamos atentos ao modo como uma cultura de massa se faz presente nesta escola oferecida para todos, com a articulação de formas de homogeneização da multiplicidade e modos de nivelamento dos saberes que beiram aos pactos com a mediocridade. Investigamos também o papel do Estado no âmbito da formulação das políticas públicas nesta condição de fazer parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública. Há que considerar o papel do Estado também no pretense esforço de melhorar a

educação, porém ainda preso a índices e notas que tentam mostrar os duvidosos resultados ou identificar os culpados (professores?) dos possíveis fracassos.

A escola tenta, incessantemente, manter a identidade do professor e do diretor como poder absoluto, com estes (professores e direção) indicando o que, quando e como deve ser feito (a escola ainda está presa à idéia de salvação e que sua tarefa é messiânica, muitas vezes confundindo e utilizando as falas das igrejas para atingir esse objetivo de colocar os alunos no “caminho da luz”). Porém, poucos estão dispostos a embarcar nesta salvação e querem traçar seus caminhos, gerando um mal estar no educador que não tem o seu aluno seguindo o caminho já preparado por ele.

A escola encontra dificuldades em aceitar a multiplicidade, tenta se estruturar em uma educação de massa que atenda a todos e não consegue dialogar com as diferenças, não aceita o novo e tenta dar sentido e razão ao velho, extremamente saudosista de um passado dourado, em que a autoridade do professor era, acima de tudo, verdade absoluta. Mais uma vez retorno à prisão da escola na busca da verdade absoluta; com esta inquietação trago os conceitos de política e polícia.

As diferenças entre política e polícia propostas por Rancière nos fornecem maior amplitude para a análise do poder em suas incidências sobre o corpo, tanto a política ou sua falta quando não permite a fala dos que são considerados sem direito à palavra e quando consideram falas destes apenas como ruído.

Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não o conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada. (RANCIÈRE, 1996, p. 40)

A polícia trabalha para ordenar a sociedade em enquadramentos dos sujeitos, separando e designando os modos do fazer e do dizer. A polícia organiza os sujeitos na ordem social vigente e assim também os qualifica ou desqualifica. Antagônica à política que realiza o enfrentamento entre os não “iguais”, a polícia trabalha para o não enfrentamento, colocando cada sujeito em determinado campo de atuação.

A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre o modo do fazer, os modos de ser, e os

modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. É, por exemplo, uma lei de polícia que faz tradicionalmente do lugar de trabalho um espaço privado não regido pelos modos do ver e do dizer próprios do que se chamam espaço público, onde o *ter parcela* do trabalhador é estritamente definido pela remuneração de seu trabalho. (Idem, p. 42)

As participações e ações políticas e policiais estão no centro de nossas atenções. Como se permite a fala, a escolha de quem pode ou não falar? Quem fala por último? E principalmente quem não pode falar? O enfrentamento como um ato político e não de violência, também é um desafio que a escola precisa encarar. Notamos isso no filme, “Entre os muros da escola”, quando a aluna questiona o professor: “você pode levar a gente para a diretoria e nós não podemos também reclamar de você?” O interessante é que este questionamento ocorre no pátio da escola, o professor vai até o espaço dos alunos. Quando o aluno se permite questionar o professor e o educador ser questionado pelo educando, sobre os conteúdos, técnicas e visão de educação da escola? Esse movimento político que desloca o eixo de “segurança” da escola é sempre muito protegido, portanto evitando o movimento e ao mesmo tempo a ação de polícia fortalecida, o professor e a direção da escola são as pessoas que reproduzem as regras de conduta e, sempre que podem, reforçam a diferença de poder. A noção de polícia não está presente somente na ordenação dos corpos, colocando cada um em seu lugar, mas também na vigilância, com inspetores e anotações de antecedentes de atos não desejados e não aceitos na escola. Esse histórico de antecedentes muitas vezes fica anotado nos livros de ocorrências, fato que o torna alvo da curiosidade e da vontade de fazer o livro sumir.

Nesta pesquisa cartografamos os corpos dos alunos na escola. Optamos pela investigação das relações entre a educação e a cultura policial. Estivemos atentos às relações diretas das secretarias de Educação e de Segurança Pública, como por exemplo no caso do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).

No próximo capítulo trabalhamos com dados recolhidos no campo empírico, no estudo dos livros de ocorrências e do projeto da Polícia Militar na escola, conhecido como PROERD. Estes dois campos de estudos são suficientes para

percebemos um movimento de construção de uma cultura policial dentro da escola. Daremos agora destaque a cada uma destas fontes, para melhor entendimento de nossa trajetória. Trazemos para a nossa análise também uma descrição do cotidiano escolar tal como nos oferece o livro do francês François Bégaudeau, “Entre os muros da escola”, que deu origem ao filme de mesmo nome. Este livro complementa as anotações dos livros de ocorrências e nos auxilia na identificação de uma escola contemporânea, não importando se ela está situada na França ou no interior de São Paulo. Tanto o livro como o filme explicitam muitos desacertos da escola contemporânea.

Os livros de ocorrência, já de início, em seu próprio nome, nos remetem a uma delegacia policial, local em que ocorrências de fatos relacionados com crimes são registradas. Os livros são geralmente constituídos da seguinte maneira: a capa é de uma determinada cor diferenciada por série. Nesta capa pode existir a foto de todos os alunos e a identificação da classe. Na contracapa está anexada a relação de alunos da classe, com o nome, o número de Registro Acadêmico e a data de nascimento. Na primeira folha existe um campo para cada professor colocar o nome da disciplina e do professor coordenador da sala. Na outra página escreve-se o horário e o nome do inspetor de alunos responsável. Na folha seguinte há o mapa da sala, marcando o posicionamento dos alunos na classe, geralmente preenchido a lápis para possíveis alterações. Nas páginas seguintes há um campo para fazer a chamada de presença durante a semana. Abaixo de cada chamada referente ao dia, há um campo para marcar as observações ocorridas e após o quinto dia ou a sexta-feira há um campo para observações gerais.

Os livros são utilizados somente pelos professores e não saem das salas. Na troca de professores eles ficam em cima da mesa do professor ou sob a responsabilidade de algum aluno, não sendo consentida a anotação ou leitura por parte dos alunos. Porém, algumas vezes, na troca de professores eles pegam o livro para ler e, outras vezes, o professor anota o ocorrido em sala, pede ao aluno que leia e assine a ciência do fato ocorrido. O livro, sem dúvida, tem como um dos objetivos intimidar os alunos.

Algumas anotações da 5ª série chamaram a nossa atenção:

- Willians só copia a lição, não resolve nenhum exercício, prefere ficar rodando livros;

- James, Fabrício, Willington, Renan e Leonardo, esses alunos estão muito agitados na sala, não conseguem ficar quietos nem para as explicações do professor;
- O aluno Vanildo acha que a sala de aula é um campo de futebol, pois fez 2 bolas com as folhas do caderno e ficou chutando no fundo da sala (5ª série)

Estas anotações mostram que a sala de aula exige alunos quietos, submissos. Os desejos dos alunos, concretizados no ato de fazer algo diferente, são vistos como desrespeito ao professor, mostrando tanto a falta de encantamento da escola como a “passagem ao ato” sem nenhum limite.

Estas anotações poderiam ser úteis a Skinner e seus seguidores, que, com sua engenharia comportamental, criariam mecanismos para converter as ações livres e sem controle, adquiridas nas anotações dos livros de ocorrência, em ações planejadas com a racionalização da engenharia. Porém o desafio continua sendo o controle do desejo manifestado nas ações visíveis nos corpos dos alunos.

O PROERD, programa militar realizado dentro da escola, se apresenta como uma tentativa de combater a violência e o consumo de drogas. Foi implementado no Brasil em 1993 pelo Estado do Rio de Janeiro, seguido por São Paulo e os demais Estados também aderiram, pouco a pouco, ao programa. Em São Paulo os policiais ministram as aulas vestidos com suas fardas, na presença do professor, que muitas vezes não acompanha totalmente a aula.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é uma iniciativa da Polícia Militar de prevenção para crianças do Ensino Fundamental até o Ensino Médio; os pais também recebem orientações em reuniões e palestras, representando um esforço cooperativo entre as Escolas, Pais e Polícia Militar. O PROERD é baseado no Programa Americano chamado D.A.R.E (Drug Abuse Resistance Education). Hoje ele é desenvolvido em mais de 50 países e cerca de 35 milhões de crianças por ano, têm instrução com policiais PROERD. (RIO GRANDE DO SUL, 2006)

A polícia pretende expor sua “formação” para toda a família, há uma penetração social na ação do programa, muito ligada às questões biológicas e de saúde relacionado ao uso de drogas, criando “A polícia das famílias”. Inspirados e apoiados na obra de Jacques Donzelot, podemos identificar no programa a intenção de transmitir as regras sociais e os riscos das drogas tanto para os alunos como para os pais, transformando as crianças em futuros policiais dentro de seus lares e

policiais de si mesmos, controlando seus desejos. Todos os mecanismos de controle culminam no ritual de juramento realizado no final do curso.

O fato que nos chamou a atenção para o programa foi a aceitação dos policiais dentro da escola por toda a comunidade. Cabe observar que as prefeituras municipais, por meio das Secretarias de Educação, preferem não negar acesso da polícia à escola, alegando que tal procedimento evitaria problemas políticos maiores nas relações entre o poder executivo e o poder judiciário. Esta nova forma de entrada dos policiais na escola ministrando aulas multidisciplinares (temas das aulas de Ciências mesclados com outros temas da já extinta disciplina “Educação Moral e Cívica”), juntamente com o uso da farda militar, tem obtido sucesso entre educadores, educandos e familiares. Notamos a mudança de postura da polícia, que antes era chamada eventualmente para resolver problemas de indisciplina, como furtos, brigas, invasões ou fugas. Agora a polícia tem um pretexto para estar permanentemente dentro da escola, e, como se ainda não bastasse, contribui para encher a grade curricular de algumas séries (no Estado de São Paulo, é a 4ª série ou 5ºano do Ensino Fundamental). Vemos neste episódio da entrada da polícia militar na escola a manifestação de um desejo de disciplinar a sociedade. No final de um documento do 11º Batalhão da Polícia Militar metropolitana do Estado de São Paulo, que apresenta o programa PROERD, encontramos a citação de Pitágoras: “Eduquem-se os meninos, e não será preciso castigar os homens”. Podemos estabelecer uma paráfrase a partir desta pérola discursiva: “Nós estamos aqui para educar e somos os profissionais mais competentes para cumprir a função da escola, quando esta falha”.

Acreditando em um ideal, o PROERD tem como um de seus objetivos proporcionar o crescimento e desenvolvimento global de nossas crianças, tornando-se cidadãos críticos, capazes de ajudar no tão sonhado processo de construção de um país melhor. Policiais fardados de diversos pontos de São Paulo e diversos pontos do Brasil passam de alunos a instrutores PROERD e levam dentro de seus corações o compromisso de educar com temas que abordam com segurança e clareza questões sobre drogas, auto-estima, violência e valorização da vida.

(SÃO PAULO, 2008)

Reconhecemos e encontramos no PROERD sinais que buscam a formação de alunos que se tornarão novos policiais contra a violência e as drogas, entendidas sob o olhar da polícia, isto é, policiais que vigiarão seus próprios desejos. O certo e

o errado são separados pela regra (lei) e não pela reflexão crítica, comportamento por excelência da Polícia que em sua função maior pretende colocar a sociedade em uma ordem preestabelecida.

Outro fato que nos chama a atenção é a preparação dos professores por pessoas não ligadas ao magistério. A formação imposta pela Secretaria de Educação, no programa PROERD, é feita pelos policiais que preparam os professores antes de iniciar o projeto na escola:

Os instrutores PROERD, voluntários, são cuidadosamente selecionados e exaustivamente treinados, tornando-os envolvidos com o programa. O instrutor prepara reuniões com professores e pais para orientar sobre os objetivos e conteúdo do currículo, incluindo como reconhecer sinais de uso de drogas e como melhorar a comunicação familiar. (SÃO PAULO, 2008)

Em nosso estudo não abordamos outro programa advindo do Poder Judiciário que é denominado de “Justiça Restaurativa”, inicialmente aplicado em cinco Diretorias de Ensino, acompanhado de uma formação dos professores ministrada por representantes do poder judiciário. Mesmo assim cabe lembrar aqui este programa, pois reforça a nossa hipótese a respeito da emergência de uma cultura policial no interior da escola e de uma mentalidade policialesca entre os educadores.

Os professores de escolas situadas nestas Diretorias de Ensino serão capacitados já a partir desta segunda-feira (em 14, 15 e 16 de julho), por três juizes e uma promotora de Justiça, além de membros do Centro Internacional de Comunicação Não-Violenta e do Centro de Criação de Imagem Popular (Cecip). Nestes locais o modelo já é aplicado (SÃO PAULO, 2008).

Podemos nos perguntar:

- Quais são os motivos para realização desta formação dos professores, ora policial, ora jurídica?

- Como a escola está cedendo lugar para estas áreas?

No capítulo 2, **ENTRE O CONTROLE E A EMANCIPAÇÃO, A REALIDADE DAS ESCOLAS**, apresentamos dois quadros teóricos, sendo que o primeiro estuda os sinais do controle exercido sobre os corpos, investigando a origem desta cultura policialesca na escola. Trabalhamos na compreensão da idéia de controle sobre o humano e sobre a natureza, toda a tentativa de dominar e racionalizar os corpos e a natureza. Voltamos a utilizar o filme “Entre os muros da escola”, além dos filmes “Pro

dia nascer feliz” e “Sociedade dos poetas mortos”. Todos eles nos auxiliam na compreensão do controle e na angústia da juventude, além de nos ajudar a entender que a escola não colabora com os educandos no enfrentamento dos desafios da vida contemporânea e muitas vezes tenta afastar os problemas, agravando a relação de enfrentamento e medição de forças, não contribuindo para nenhuma construção de diálogo e sim em separação dos discursos, em que cada grupo debate somente com seus pares, desabafando sobre as incapacidades da escola.

No segundo quadro, apoiamo-nos em estudos que fortalecem a emancipação dos corpos. Esta é a tarefa mais difícil, pois a emancipação pertence ao campo de tudo aquilo que não foi dominado e não pode estar à mostra. Nesta parte estão os pactos dos alunos, as ações que respeitam os desejos e os questionamentos. Estivemos atentos, na medida do possível, a tudo que indique uma fuga do controle em busca de criar experiências novas.

Para isso, o cartógrafo observa matérias de qualquer procedência. Não tem o menor racismo de frequência, linguagem ou estilo. Tudo o que der linguagem para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de tratado de filosofia. (ROLNIK, 1989, p. 2)

Em contrapartida ao eixo do controle, abordamos uma proposta de um conhecimento-emancipação que vem na oposição ao conhecimento-regulação vigente em nossa sociedade. Santos (2002) traz a necessidade de um novo senso comum político, ético e estético, pautados na participação, cuidado com o outro e no prazer respectivamente.

No capítulo 3, **A EMERGÊNCIA DE UMA CULTURA POLICIAL**, analisamos a emergência desta cultura policial na escola. Aprofundamos a cartografia dos corpos na escola que nos auxiliou na compreensão de uma produção da cultura da resignação ao lado do desenvolvimento da cultura policial. Nesta tarefa de analisar essa dupla relação de uma cultura policial voltada para a manutenção da ordem, sendo a ordem de não perturbar, não sair de sua posição demarcada, respeitar as hierarquias e muitas vezes não respeitar seus desejos e vontades, com a cultura da resignação, ficam os alunos entregues aos conhecimentos escolares de massas sem muitos significados em suas vidas - podemos chamar uma educação dos

anônimos, levando à resignação dentro das salas de aulas com apatia ou indisciplina, encontrando nas amizades da escola suas razões de permanência.

A escola e a sociedade não podem ser consideradas como organizações simples para serem analisadas de forma única. Nelas, os poderes estão sempre em confronto e as resignações se mesclam com os sinais de revoltas. Aparentemente as escolas têm menos medo da resignação à revolta. Este fato nos faz lembrar a advertência elaborada por Maquiavel quando ele aconselhava ao príncipe que era melhor ser temido do que ser amado por seus súditos.

Analisamos como as técnicas de poder são exercidas, consciente ou inconscientemente pelos educadores e até pelos educandos, para ter um poder sobre a vida e sobre a política dos alunos e até de sua família, pois assim o poder será reforçado.

Neste capítulo descrevemos em que consiste esta cultura policial forjada no interior das escolas por meio do controle sobre os corpos e com a colaboração dos educadores. Discutimos também os desdobramentos políticos que tem este fato de encontrarmos tanto a escola quanto os educadores reféns de uma dinâmica perversa do poder. Defendemos a pertinência de analisar as relações entre processos educacionais X processos de subjetivação.

Na conclusão, voltamos na questão nuclear que foi exposta. Uma cultura policial e uma mentalidade “policialesca” estão emergindo no interior das escolas? Pensamos o quanto este estudo tem implicações sobre o trabalho do educador de um modo de geral, e sobre o trabalho do professor de Educação Física, de um modo específico. E qual papel a escola contemporânea tem se prestado na pós-modernidade? Dufour (2005) nos ajuda a entender como os sujeitos pós-modernos estão sem referência de um Outro e todo o simbólico passa a mercadoria, com a destruição do sujeito Kantiano, este capaz de pensar e fazer críticas, e a destruição do sujeito Freudiano, este capaz de colocar limites sobre o seu desejo. O novo sujeito pós-moderno emerge como refém do consumismo e se encontra num espaço sem referências, sem limites, como que contribuindo para a proliferação de psicóticos.

Nós encontramos num espaço que não é nem “autônômico” nem crítico, nem mesmo neurótico, mas num espaço anômico sem referências e sem limite no qual tudo se inverte, isto é, um espaço no qual nem todos os indivíduos se tornam necessariamente

psicóticos, mas no qual as solicitações para se o tornar são abundantes. (DUFOUR, 2005, p. 60)

CAPÍTULO UM

O CORPO NA ESCOLA

1.1. Análise dos livros de ocorrência

No momento da Páscoa de 1976, um obscuro detento de uma prisão de província morreu em consequência de uma longa greve de fome que ele fez porque, em seu prontuário judicial só se registrara suas falhas, seus desvios da norma, sua infância infeliz, sua instabilidade conjugal, e não suas tentativas, suas buscas, o encadeamento aleatório de sua vida. Foi, ao que parece, a primeira vez que uma greve de fome resultou em morte numa prisão; a primeira vez, também, que foi feita por motivo tão extravagante (DONZELOT, 2001, p. 209).

Iniciamos este capítulo ressaltando a importância de que as anotações nos livros de ocorrência são realizadas no ato, no momento que importuna o professor. Muitas vezes o professor solicita o silêncio ou a posição “correta” dos alunos antes de realizar a anotação. Estas são feitas já no momento do desconforto, quando o professor chega no limite de sua paciência e é um dos últimos recursos de punição, depois da anotação há somente o ato de levar para a diretoria.

Como punição por suas travessuras ou comportamento inadequado os alunos e seus comportamentos ficarão, durante todo o ano letivo, marcados no livro da classe. Como quase todo tipo de punição escolar exerce grande efeito no início (medo dos alunos de serem marcados) e com o passar do tempo o alto número de anotações sem consequências graves (expulsões) as anotações perdem seu poder de amedrontar os alunos que chegam até a falar: “pode anotar aí sor, dá nada não”.

Tanto o gesto do professor quanto a reação do aluno nos apontam para uma desqualificação da escrita justamente no interior de uma instituição na qual o desenvolvimento das habilidades da leitura e da escrita mereceria um tratamento cuidadoso. Podemos até pensar que a desqualificação da escrita acarreta uma banalização da palavra. Tais aspectos tocam no cerne de um projeto pedagógico de uma instituição que deveria interrogar-se permanentemente sobre o seu papel social. A banalização da palavra antecede a emergência das novas formas de barbárie no interior da vida social.

O professor que sempre utilizou o livro como instrumento de poder ameaçador aos poucos perde este recurso e terá que encontrar outros, tais como

chamar a família. Algumas escolas contabilizam as anotações para aplicar suspensões. Vimos um caso em que cinco anotações reverteriam em uma suspensão, mas acaba por não cumprir suas ameaças, pois o grande número de anotações impede que a escola aplique as suspensões. Todo o corpo escolar vive em um terror constante, causado tanto pelas ameaças como pela impotência da aplicação das punições propagadas. Os professores e a direção andam no fio da navalha; sem dúvida, o poder pastoral, como foi estudado por Michel Foucault, não se faz mais tão presente quanto em outros tempos, quando todos seguiam as orientações dos pastores sem questionar:

...mas nunca uma sociedade em que a autoridade política, o partido político que é encarregado de definir a economia e as estruturas de soberania característica do país, esse partido político é ao mesmo tempo encarregado de conduzir os indivíduos, de conduzi-los em sua vida cotidiana por todo um jogo de obediência generalizada que adquire precisamente a forma de terror, porque o terror não é quando alguns comandam os outros e os fazem tremer: há terror quando mesmo aqueles que comandam tremem, porque sabem que de modo o sistema geral da obediência os envolve tanto quanto àqueles sobre os quais exercem seu poder (FOUCAULT, 2008, p. 265).

Nesta etapa de nosso percurso investigamos e nos perguntamos: podemos considerar como sucesso escolar o fato de um aluno obedecer às regras sem questionar e até sem concordar? Talvez aqui encontramos uma das causas da resignação estampada nos corpos, tanto dos alunos como dos professores da escola. Este episódio nos coloca diante de uma clara impossibilidade da escola favorecer aos educadores o exercício de sua autoridade entendida como suporte para a emancipação da vida. A impossibilidade do exercício da autoridade nos permite afirmar que lidamos também com uma escola doente.

Não é necessário que as escolas adotem livros de ocorrências em todas as salas, mas parece ser um documento cada dia mais utilizado para uma certa segurança do corpo escolar que registra todos os ocorridos e se previne em qualquer processo judicial futuro. Antigamente os livros ficavam apenas na sala da diretora. Na minha época de aluno, 1989 a 2000, era o temido livro preto da diretora (ou diretor), e que já no final do século passado já vinha saindo da sala dela para a classe dos alunos. Provavelmente o diretor já não colocava tanto medo nos alunos.

O medo de ser marcado, anotado e fichado é a tônica dos livros de ocorrência. Assim como nas delegacias de polícia a sociedade tem o medo de sua ficha policial ser iniciada e o orgulho de falar que tem a ficha limpa, orgulho historicamente construído, salvo os casos em que as pessoas têm orgulho de terem sua ficha marcada, ou mesmo os alunos em terem seus nomes anotados nos livros de ocorrência. A razão de Estado já não está somente no confronto, ela se faz presente também na formação das opiniões:

... a razão de Estado deve intervir sobre a consciência das pessoas, não simplesmente para lhes impor um certo número de crenças verdadeiras ou falsas, como quando os soberanos queriam fazer crer em sua legitimidade ou na ilegitimidade de seu rival, mas de maneira que a opinião delas seja modificada e, com a opinião delas, a maneira delas agirem, seu comportamento como sujeitos econômicos, seu comportamento como sujeitos políticos. (idem, p. 367)

Em apenas um exercício imaginário, como seria se a caneta e o livro estivessem nas mãos dos alunos para escrever todas as “falhas de comportamento dos professores”, atribuindo adjetivos e valores sobre sua postura em sala? Não que isto já não ocorra de outras maneiras, mas não de uma forma estruturada, institucionalizada e documentada. Há muitos casos de reclamação dos professores e estas ganham força e peso quando acompanhada dos pais. O terror e o medo parecem fazer parte da instituição educativa.

Para demonstrar um pouco das fragilidades dos poderes que a escola tenta impor gostaria de analisar uma anotação da 5ª série 1 no dia 18/10, perto do fim do ano letivo:

O aluno “R.” respondeu ao prof. e, por isso, o responsável foi chamado. O caso foi passado à direção que solicitou a presença do responsável no dia seguinte, mas o mesmo não compareceu à unidade escolar. (5ª série)

Informo que pela lista de presença do dia 19/10 o aluno pode assistir a aula normalmente, possivelmente deixando a professora inconformada, com a sensação ou constatação de impotência.

Durante todo o capítulo pretendo estabelecer relações entre as reflexões e as anotações, aliando o documento material às teorias que nos ajudam a entender a

cultura policial dentro da escola. Sempre procuraremos também lembrar que a escola é um campo de luta, em que encontramos posturas e trabalhos diferentes e destaque para o fato de que os livros de ocorrências só registram as coisas consideradas ruins e os trabalhos diferenciados de criação (arte), movimentos livres (participação política) e outros ficam somente na memória dos participantes. Lembrando mais uma vez a delegacia e a ficha policial, só se registram os crimes; por sua vez, as fichas limpas são aquelas que nenhuma anotação possui. A escola sofre de um mal parecido, usa boa parte de seu tempo para criar e reinventar diversas normas reguladoras, norma para prevenir e principalmente punir os “delinquentes”, os esforços para exaltar os méritos são secundários ou inexistentes.

Informo para melhor compreensão metodológica que os livros de ocorrências são utilizados como análise documental e não foram feitas entrevistas com os professores questionando sobre suas anotações. Os livros são de 2007, ano em que também trabalhei na unidade escolar, podendo assim ter uma compreensão mais ampla das anotações, pois muitas vezes os professores comentavam estas anotações no intervalo entre as aulas. Os comentários não fazem parte do trabalho diretamente, mas geralmente eram comentários inconformados com a condição de alguns alunos estarem na escola. É comum ouvirmos os professores afirmarem como os alunos se apresentam sem condições de aprendizagem, com falta de vontade para o estudo e com a falta de respeito para com eles próprios.

Após ler diversas vezes os livros de ocorrências elaboramos algumas categorias que nos auxiliam a compreender os processos de subjetivação e condições da escola na modernidade. Poderíamos criar um número maior de categorias, mas optamos pelas que são mais constantes e muitas vezes uma anotação poderia se enquadrar em mais de uma categoria. As quatro categorias são:

- Marcas nos corpos;
- Violência;
- Desabafo do professor;
- Incapacidade da escola.

Antes de iniciar as categorias informo que acrescentaremos a esta fonte documental um livro que retrata o cotidiano da escola, tanto da sala dos professores, das dependências da escola e da sala de aula de francês, escrito por François Bégaudeau. Publicado na França em 2006, **Entre os muros da escola** enquadra o

mundo escolar do ponto de vista de um jovem e desajeitado professor de francês, porém este seu modo desajeitado de ensinar está relacionado ao conflito estabelecido entre o fato de permitir a fala dos alunos e os esforço para retomar o controle e o monopólio da fala sempre que desejar. Os conflitos são intensificados quando os alunos disputam os espaços e a palavra com condições de interferir no rumo das aulas. As questões nacionais e principalmente falta de compreensão entre a linguagem escolar e a língua falada pelos jovens, dão as diretrizes das aulas:

- Gilbran, pode falar.
 - O que, prô?
 - Eu escuto seu aforismo.
 - Meu o quê, prô?
 - Seu aforismo.
 - Eu não sei o que é, prô.
 - É o que deveria ter feito para hoje.
- (BÉGAUDEAU, 2009, p. 25)

O livro traz os discursos e falas que todos os professores possuem em seus dias mais difíceis e que não podem ser registrados em lugar nenhum, o rancor e o desprezo dos professores pelos alunos, as desqualificações e os insultos. Embora os insultos sejam de ambos os lados, as anotações e fichas de ocorrências são escritas pelos professores, campo de atuação em que os educadores possuem maior experiência. Os alunos, por sua vez, demonstram pouco interesse e pouca crença em atuar no campo das reclamações escritas, estes estão mais interessados no debate oral imediato em entender por que os professores podem e os alunos não, ou o por quê de não poder tantas coisas. Neste sentido uma professora debate com seu colega e afirma que o conselho disciplinar nunca muda, quando o aluno chega até lá, ele será expulso.

Entraremos agora nas categorias de análise que criamos, para entender quais significados o livro de ocorrências está demonstrando e quais as impressões que nos chamam a atenção.

1.1.1. Marcas nos corpos

Iniciando com as marcas nos corpos, verificamos nesta categoria qual padrão de aluno a escola espera e suporta (ou tolera). Neste momento observamos a necessidade de colocar o aluno em um determinado lugar, retomando a categoria

“polícia” como foi elaborada por Jacques Rancière. De acordo com este pensador a polícia delimita, marca e dá voz a quem tem direito, ordena as ações e pessoas em lugares previamente definidos, quem manda e quem deve obedecer.

Nesta parte também observamos a rebeldia dos corpos, percebemos que os alunos reagem a estas demarcações, como por exemplo o mapa da sala. Não são manifestações elaboradas de reivindicações em panfletos ou idas organizadas à direção, são gritos dos corpos aprisionados querendo um pouco de liberdade, nos indicando marcas para o nosso trabalho de cartografar os corpos.

Marcas nos corpos: podem ser definidas no enfrentamento entre a vontade de controlar (escola) e a vontade do brincar (aluno), o controle entendido como necessário para aprendizagem de um conteúdo importante na vida (futuro) e a vontade de brincar (presente).

Iniciaremos agora algumas anotações:

Os alunos Wesley e Diego estão brincando na sala de aula.
Diogo, Wesley, Jonatas (18), Thais, Jonatas H., Diogo – passeiam o tempo todo, falam alto, não prestam atenção na aula, só atrapalham.
O aluno Carlos Henrique só conversa e brinca durante as aulas não fazendo, assim, absolutamente nada. (5ª e 6ª séries)

Nestas anotações observamos a dificuldade da escola se relacionar com a conversa e as brincadeiras, o brincar não é permitido, ou só é permitido em determinado momento. Uma cultura no singular em que a escola deve transmitir aos alunos o conhecimento “importante”. Michel de Certeau fala do entrincheiramento da escola entre o saber e o relacionar-se:

O ensino vacila entre os dois termos de uma alternativa: ou se entrincheira no saber (que uma boa iniciação em psicologia permitirá “transmitir”), ou entra com os alunos no jogo das relações de força ou de sedução (dos quais os discursos científicos são apenas metáforas). (CERTEAU, 2008, p. 128)

Certamente a escola pública não está sendo orgulho para a população, as notícias geralmente falam da violência e há, ainda, o ataque aos professores considerados despreparados. Sobre o fato de estar preparado um dos critérios para determinar e premiar o professor com este rótulo é quando ele mantém a sala sob controle, “em silêncio” (por meio do exercício da força) ou quando consegue uma

grande participação dos alunos aliada à simpatia dos mesmos (por meio do exercício da sedução).

Acrescentamos mais algumas anotações que mostram a noção de que os alunos atrapalham o bom andamento das aulas com suas manifestações indesejadas:

Leonardo, Willians, Guilherme, não ficam quietos e atrapalham o bom andamento da aula 8/8 5^a2

A aluna Dayane passa a aula toda brincando e atrapalha outras alunas. Ela nem copia a matéria da lousa. 21/05 6^a1

O aluno Rodrigo ficou gritando palavrões pela classe. Na 1^a vez ele foi repreendido e pedi para não falar novamente, ele fez pela 2^a vez em alto e bom tom para todos ouvirem. 7/11 7^a3

O aluno Cleiton tem conversado muito durante as aulas. Neste dia, entrei na classe, fiquei por 5 minutos pedindo que a sala parasse de conversar. Quando consegui, o aluno Cleiton revidava respondendo baixo e se recusou a responder a chamada. Ficou com falta!!! (28/03 - 7^a3)

Finalizando esta categoria, apresentamos o ato de marcar os corpos que não estão nos devidos lugares e realizando a determinada tarefa, lembrando **O Panóptico** de Bentham, no qual tudo é visto, inclusive a produtividade e o cálculo do tempo.

Ainda nesta categoria podemos encontrar marcas ligadas a valores morais e até ao estilo de se vestir e se comportar dos alunos, a idéia de que “esses alunos não têm jeito”, “estão condenados ao fracasso”, além de comprometer o empenho do professor com seus alunos também causam doenças aos professores, pois sabem que estão neste fracasso juntos, no mesmo barco. Aos alunos, o olhar de negação dos professores soma a vários outros já presentes em suas vidas, reforçando uma impotência e resignação com relação ao seu potencial.

Luana → a aluna além de um péssimo comportamento, estava “derrubando” uma cadeira só para chamar a atenção (8/11 5^a5)

As marcas envolvendo comportamento estão muitas vezes ligadas às expectativas baixas dos professores para com seus alunos, falas como “aquele aluno fede”, “olha a roupa daquela, coisa horrível” ou “só pensam em sexo” são

comuns, porém não vamos encontrar registros formais dessas falas preconceituosas.

...metade está no cio, gritando no pátio e até na classe, mas é um delírio, pode ter certeza, eles são como animais, juro nunca vi coisa igual... (Bégaudeau, 2009, p.193-194)

Na escola francesa descrita por Bégaudeau o professor tem dificuldades em levar o aluno à diretoria depois de uma discussão boba, em que o professor necessitava mostrar seu poder perante os outros alunos, percebemos a cobrança da escola, que o aluno sempre reconheça seus erros, mesmo quando ele não acredita estar errado:

-Quinta-feira nós não estaremos aqui, não poderemos fazer a avaliação.

- E por que vocês não vão estar aqui?

- É o ano novo chinês porque.

- E vocês não podem adiar-lo?

Meu sorriso não fez com que compreendesse a brincadeira.

- Não, não, não podemos adiar-lo. Não somos nós que decidimos.

- Bem, então os outros anotem que faremos uma hora de convivência em classe, de preferência.

Fileira da esquerda, primeira carteira, Dico emitiu seu assobio reprovador.

- A convivência em classe não serve para nada.

- Como, Dico?

- Não serve para nada, não vou vir.

- O que você está dizendo?

- Não vou vir, não serve para nada.

- Repita para ver.

- Não vou vir.

- Repita mais uma vez, para ver.

- Não vou vir.

- Mais uma vez?

- Não vou vir.

- Você quer ir falar com o diretor?

- Não vou vir.

-Ok, vamos para a diretoria.

Desci do estrado.

-Siga-me.

Abri a porta e indiquei as escadas com o polegar. Ele passou sob meu braço estendido.

- Os outros, fiquem quietos.

Segui pelo corredor, ele me seguia a três metros.

- Ande depressa.

Ele não acelerava. Parei para que ele passasse à frente. Depois não avançávamos mais. Eu cedi e o ultrapassei. Na escada eu descia três degraus depois subia novamente dois para esperá-lo.

- Imbecil.

- Por que o senhor me menospreza?

- É você que menospreza seus professores, quando responde para eles.

- Logo, o senhor me menospreza?

No pátio interno a distância aumentou ainda mais. Caminhamos assim até a sala aberta de Christian, o coordenador pedagógico. Eu não esperei que ele acabasse de atender a mãe de um aluno acompanhada de uma tradutora.

- Deixo esse energúmeno com você. Eu não vou aceitar na próxima aula sem uma palavra de desculpas.

- Certo.

- Lamento.

- Não, não.

Mecanicamente, a tradutora relatou essa última troca de palavras numa língua africana, depois tapou a boca com uma mão envergonhada.

(BÉGAUDEAU, 2009, p. 129-130)

Durante a discussão o professor tenta por várias vezes fazer o aluno se intimidar e não ter coragem de repetir o que pensa sobre a aula de convivência, caso isso acontecesse, a ameaça já seria o bastante e poderíamos dizer que o professor “resolveu” o problema de um aluno respondão ou até “mal educado”. Há um incômodo do professor em escutar aquele que é considerado um “imbecil” ou “energúmeno”, que a aula ou alguma aula não serve para nada. Por que não aproveitar para falar sobre a aula de convivência? O que vem a ser uma aula que serve para algo? Também a relação e o cuidado com o outro, o menosprezo do professor era inesperado, de todos os outros talvez não fosse, uma vida menosprezada.

1.1.2. Violência

Poderíamos enumerar diversas formas de violência, mas a que nos referimos neste momento são as violências físicas e verbais dos alunos, diversas vezes anotadas nos livros de ocorrências.

Em uma escola da periferia de Rio Claro, havia um grande time de voleibol e participávamos de campeonatos. Sempre que os alunos que faziam parte do time aprontavam algo, logo aparecia a ameaça de tirá-lo da equipe, junto com a fala: “como um aluno assim vai representar a escola” que pode ser entendida “esse mal educado não tem que ir a lugar nenhum”. As tentativas de conter os alunos são múltiplas e o professor de Educação Física fica entre o aluno que com ele tem um bom relacionamento e a equipe escolar, que estuda formas de punição. Um desses

alunos protagonizou um caso marcante para mim: na semana do campeonato estava em sua sala conversando ou “apresentando comportamento inapropriado” e foi chamada sua atenção junto com a ameaça de tirar seu nome do campeonato. O aluno ficou bravo e deu um soco na parede, quebrando um dos dedos. Como consequência, teve sua mão engessada. Ele somente acompanhou seus colegas nos jogos.

Algumas vezes as anotações eram feitas para demonstrar que o agressor estava errado. Eu mesmo, como professor, recorri a este procedimento quando os alunos davam um tapa ou empurrão sem muita força. Conversava e anotava no diário como forma do aluno “agredido” sentir que o “agressor” foi punido, sem o retorno da violência física. Muitas vezes os alunos pediam para os professores anotarem nos livros. A punição era esperada por todos os presentes, todos queriam ver o “criminoso” sendo castigado. Em outras ocasiões não desejam ver a punição, combinavam todos para ninguém falar nada e assim uma travessura ou até agressão passava despercebida do professor e do livro.

O aluno Willians levantou e chutou o joelho da colega (03/5 - 5ª2)

Anotações como esta demonstram que a violência nas escolas não é segredo, é até mesmo objeto de consumo dos jornais e telejornais, não está restrita às escolas públicas e nem a países pobres. É fato que ela existe, e também é fato que a escola não convive somente com violência: mais uma vez volto para a afirmação que a escola é um campo de lutas, nada é totalitário, nem a violência, nem a repressão. Se as ações de violência nos chamam a atenção pelo número de anotações, o mesmo não ocorre com o carinho e a ternura, pois os abraços e os sorrisos não são anotados e quando isso ocorrer é para reclamar do comportamento indesejado na hora da aula.

A escola reflete as relações da sociedade moderna, sem muito diálogo e alteridade, resultando em agressões de todos os tipos, que vamos observar nos livros. As brigas ocorridas nos intervalos ou nas saídas não passavam pelos livros de ocorrências, sendo a violência maior que a registrada nestes livros.

O aluno Bruno estava imitando um “jumento” na sala de aula. Quando a professora pediu para ele parar, o aluno disse “foda-se

tudo e todos!” O aluno foi retirado da sala e encaminhado à direção para ser tomada alguma providência. A mãe foi chamada. (5/9 - 5ª1)

Rogério e Nixon (batendo nos colegas pelas costas) rabiscaram o chão, com giz. Aula Ed. Física. O aluno Felipe, agressivo bate e chuta os colegas na sala de aula. 2ª aula de Ed. Física, responderam questões sobre educação/ respeito / ética na sala de aula. Lucas Lima, falou palavrão e falou bem alto. (10/4 - 5ª3)

O aluno Pedro brigou na sala de aula, jogou a pasta da colega no lixo e ainda chutou diversas cadeiras. (13/9 - 6ª2)

Entre as formas de violência, algumas delas mostram uma violência contra todos da escola, contra tudo que ali está, contra tudo que impede seus desejos. As relações com as frustrações se tornam agressivas e o ato de pedir para parar com uma ação pode causar uma explosão. Os alunos (e muitas vezes os professores) mostram que estão à flor da pele e qualquer desatenção pode ser a gota d'água.

A violência é mais uma das muitas tarefas que a escola contemporânea vem recebendo a incumbência de solucionar. Aparentemente esta solução é tomada tentando tirar tudo que possa oferecer situações-problema, por exemplo: se ocorrer uma briga no futebol do intervalo, retira-se o futebol do intervalo.

O biopoder é usado como técnica para inibir a violência, o controle visual sobre os corpos se faz presente proibindo correr ou ir a determinados locais e horários, justificando que a proibição é para a própria segurança e dos demais. Foucault nos auxilia com o conceito dos corpos dóceis, e a importância de controlar os corpos para uma dominação mais acentuada:

Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 2004, p. 118).

O detalhe é imprescindível para a disciplina, o controle minucioso dos movimentos sem folga, as coerções sobre os corpos. Porém a escola já não possui o poder deste controle minucioso dos movimentos, os corpos já não são mais facilmente transformados em corpos dóceis, mesmo com os esforços das escolas nesta tarefa.

Uma das tarefas da escola poderia estar não exatamente em responder à violência com punições, mas transformá-la em ações criativas, usando a rebeldia como vontade potencial de transformar o desassossego em experiências, sempre

fazendo da razão crítica instrumento e reforçando os limites de uma vida finita. Correr o risco de não estar com a disciplina sob o controle de tudo (pois também já não possui mais). Embora contraditória, a violência é uma das principais inibidoras de novas propostas na escola, pois os educadores não sentem segurança de se arriscar em algo diferente, sendo a violência um dos sintomas de que algo está errado. Esta mesma violência limita as ações para uma transformação, pois os educandos, com prudência e medo, ficam estagnados em suas práticas convencionais. Os professores, tomados pela insegurança gerada pela violência, mesmo sabendo da necessidade de transformação, não se arriscam a mudar. A violência ainda inibe mudanças no sentido da liberdade e só avança no sentido das restrições. Nesta etapa percebemos uma dupla relação prejudicial à escola, uma repressão dos desejos e controle sobre os corpos, deixando a escola menos aberta ao encantamento e uma passagem de toda vontade ao ato, sem a menor preocupação com o outro.

1. 1. 3. Desabafo do professor

Começamos esta categoria com a descrição do desabafo de um professor de Física, que diz ter tentado de tudo, desejava tirá-los da “merda” (mais uma vez o sentido de salvador), e termina na constatação da incapacidade da escola em transformar pobres em cidadãos civilizados. Mostrando que a escola francesa ou de qualquer lugar do mundo está gerando doenças em todos,

- Já estou cheio desses palhaços, não aguento mais olhar para eles, não quero mais olhar para eles. Eles me aprontaram uma daquelas, não aguento mais, não aguento mais aturá-los, não aguento mais, não aguento mais, eles não sabem nada de nada, olham para você como se você fosse uma cadeira assim que você tenta ensinar alguma coisa, então que fiquem na merda, que fiquem nela, eu não vou mais procurar por eles, fiz o que deveria fazer, tentei tirá-los da merda, mas eles não querem e ponto final, não posso fazer mais nada, puta merda, não aguento mais olhar para eles, ainda vou bater em um, tenho certeza, eles são de uma baixeza, de uma má fé, sempre procurando confusão, mas vão lá garotada, fiquem no seu bairro pobre, vocês vão ficar lá pelo resto da vida e vai ser bem-feito, mas o pior é que eles estão felizes de ficar lá, os palhaços, vou procurar o diretor e vou dizer que não vou pegar os da oitava B daqui até o fim do ano, eles vão ter dois meses de física a menos? Imagine se eles estão preocupados! De física, eles não tiveram nem um segundo este ano, não fizeram nem um segundo, então não vão

ser dois míseros meses de merda que vão fazer a diferença, não é agora que eles vão começar a estudar... (BÉGAUDEAU, 2009, p.193).

Em seu desabafo contra os alunos de determinada sala, o professor procura defender a importância da escola para transformar a vida e, dessa forma, sair do bairro em que moram, condena a felicidade dos alunos por não ter todas as aulas. Acredita, ainda, que o estudo pode transformar a vida financeira de todos, mas como não estudam serão pobres por escolha. Em sua tarefa de professor acredita ter feito de tudo para salvá-los, sendo assim este trabalho acrescido de uma missão de salvação, um messias que veio para indicar o caminho da felicidade e não foi escutado. A escola deveria fugir desta tarefa messiânica, pois não existe “caminho suave” (parafraseando a cartilha de alfabetização). Se a vida se apresenta como árdua para todos a escola deveria ajudar os educandos a construir suas trajetórias e não fazer alusão a um caminho seguro.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos. (FREIRE, 2002, p. 33-34)

Diferentemente do professor de Física apresentado no livro **Entre os muros da escola**, Paulo Freire defende a idéia de considerar a vivência dos alunos e que os conhecimentos curriculares tenham uma ligação com a realidade. A angústia dos professores em ajudar os alunos transmitindo seus conhecimentos não atentando à realidade deles provoca uma falta de comunicação. Em alguns casos os alunos não querem saber da matéria lecionada e ao mesmo tempo os professores não desejam saber os fatos ocorridos mencionados pelos alunos.

Nesta categoria o professor aponta indícios de toda a sua angústia, exprime uma série de desabafos que mostram sua inquietação diante das pressões para cumprir a tarefa que outros esperam dele. O professor sofre frente a difícil tarefa a enfrentar, relacionada com este desafio de educar o jovem do presente em uma escola do passado. Angustia também com a demanda de formar os alunos para os

melhores empregos, sem a certeza de que eles existam disponíveis no mercado de trabalho.

Também constatamos a dificuldade do relacionamento entre a expectativa dos professores e a realidade. Esta dificuldade é agravada pelo fato de o professor saber que seu trabalho pode ser constantemente vigiado, como no filme “Sociedade dos poetas mortos”, quando o diretor passa perto da sala, nota certa bagunça e escuta barulhos, ele imediatamente entra na sala para pegar os alunos de surpresa e repreendê-los. O barulho indicava para o diretor a ausência do professor. Quando o diretor encontra o professor na sala pergunta se está tudo bem, depois chama o professor para saber sobre os seus métodos de trabalho. Este é quase um panóptico, em que há consciência da vigilância, mesmo quando ela não existe. Alguns professores usam a tática de avisar que a diretora está vendo, provavelmente porque a ameaça do professor ver já não é mais uma ameaça importante. Há também casos em que outros (direção ou inspeção) passam por perto em momentos que atos considerados inapropriados acontecem e então entram na sala sem serem chamados e aplicam sua punição, chamando a atenção ou retirando o aluno da sala.

A maioria dos professores se sente incomodada quando outros necessitam entrar em suas aulas para resolver problemas, quando sua sala faz barulho e as outras salas escutam. Há um padrão de aula que a maioria gostaria de seguir, sempre ter controle sobre tudo, terem todos os alunos em ação (escrevendo) o tempo todo e quando possível apresentar resultados.

Como este padrão é difícil de ser alcançado, os motivos do fracasso são apontados tanto nos relatos dos livros de ocorrência, como nas conversas dos professores (apesar de não estarem registradas, gostaria de acrescentar que muitas vezes me reuni com professores e escutei muitos desabafos, tanto das estruturas e principalmente dos alunos, nos momentos do café ou Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo). Sendo assim, vamos verificar alguns destes desabafos, descritos nos livros de ocorrências:

A aluna Amanda, pediu para ir até a 7ª3, pois o rótulo necessário para fazer a avaliação estaria com sua prima. Foi relevada a situação e permitido ir buscar o rótulo. A aluna dissimulou, pois na realidade foi buscar um bilhete da Bruna da 7ª3 para o Joares!!!!
(5ª5 - 23/03)

Igor, Diogo, Lucas, Diego, Felipe, Joarez não se comportam durante as explicações e atrapalham a compreensão dos demais colegas. (5ª5 - 13/09)

Professores da classe: não aguento mais o Lucas na 1ª carteira gritando a todo momento. Na minha aula, ele irá sentar-se em outro lugar. (10/09 - 5ª3)

A 5ª série 1 continua barulhenta, falantes demais, fazendo algazarras; copiar lição, são poucos que copiam. Resolver os exercícios um ou outro. Afinal, eles já são muito ocupados para copiar e fazer a lição. (8/11 - 5ª1)

O aluno Marcos não apresentou um comportamento adequado em sala de aula. Não faz as atividades e responde para a professora dizendo que “o problema é dele”. Alega que a profª mente e é chata, enquanto a mesma só quer que ele faz as atividades e se comporte. Pediu para o colega jogar a caixa de lenços de papel da profª no lixo – palavras do aluno: “joga essa bosta aí no lixo!” ainda disse que a profª é uma “praga”. A Karina colocou a mão sobre a sua carteira e ele disse para ela “tirar o “cu” daqui”. Para finalizar, pode-se dizer que além de não fazer o que foi solicitado, responde grosseiramente para a profª e para os seus colegas. (20/6 - 5ª4)

Em muitos relatos de desabaços podemos identificar também a violência, mas aqui o que chama mais atenção é a manifestação dos professores de não terem condições de realizar tudo que foi planejado ou pretendido. Algumas vezes podemos perceber uma forma de desabaço dos alunos também, quando fala “o problema é meu” ou quando não prestam a atenção na aula. Este é o retrato do desencanto da escola e o professor tendo mais a tarefa de motivar ou a culpa por não ser capaz de motivar.

O desabaço espontâneo nos indica um sinal de que o professor quer encontrar sentido em sua profissão, ou medo de constatar que não faz sentido estar ali. Muitas vezes o professor quer saber se aquela sala ou aquele aluno é assim somente com ele. Alguns professores desistem da profissão e buscam outros caminhos, como acontece em muitas outras profissões, e outros acham um ponto de não se importar tanto com os problemas (batidos por um certo desânimo e conformismo), há também os que continuam sempre buscando melhorar. Cada um procurará um modo para viver melhor em um ambiente inseguro. Há estudos em que indicam que a profissão de professor pode resultar na síndrome de Burnout, caracterizada pela redução da realização pessoal e por esgotamento físico e psicológico do ser humano.

1. 1. 4. Incapacidade da escola

A incapacidade da escola a que nos referimos está na falta de dialogar com o coletivo, de trocar experiências, reinventar as práticas, criar soluções diferenciadas, uma nova formação política. Aparentemente a política educacional do Governo do Estado de São Paulo aponta que o caminho deve ser cada vez mais homogêneo com as apostilas ou cadernos de alunos e cadernos de professores enviados pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Apesar de constar como material de apoio, eles acabam tornando-se obrigatórios, com pedido de relatórios e explicações quando não adotados.

Todos as categorias anteriores apontam certa incapacidade da escola: aqui o enfoque está na falta de esforço e/ou espaço para ouvir os alunos. As poucas vezes em que os alunos tentam construir as aulas de modo diferente, algumas delas esbarram no poder policial do professor, demarcando quem manda na aula e quem deve obedecer. Há uma falta de situações políticas em que os diferentes possam debater – é claro que existem enfrentamentos, mas estes estão na tentativa dos professores e direção em manter sua condição de superioridade, uma certa colonização.

Desejamos fazer neste momento uma observação sobre a Educação Física: nesta disciplina, especificamente, os alunos buscam com maior ênfase realizar seus desejos na construção ou na ocupação da aula. Na Educação Física eles começam perguntando se haverá futebol, voleibol ou outras atividades de seu interesse, ficando o professor com a tarefa de definir com os alunos os conteúdos a serem trabalhados antes e realizar até alguns combinados. Outro fato interessante de destacar é a resistência em realizar a aula quando sua vontade não foi atendida e as explicações também não foram suficientes para convencê-lo. Já passei por situações em que boa parte dos alunos se recusou a realizar as tarefas e ficaram parados, e o fato de ficar parado sempre é pior que uma marcha em protesto, pois a marcha passa e os que paralisam ocupam um espaço que não deveria ser ocupado. Uma expressão muito utilizada pela polícia para dispersar as aglomerações é: “circulando, circulando” - a mensagem é cada um voltando para seu devido e delimitado lugar na sociedade.

Não pretendemos dizer que a Educação Física é um espaço em que todos constroem uma escola criativa, justa e outros adjetivos. Infelizmente a Educação

Física está longe disso, pois muitas vezes os alunos até usam desta atitude para tornar este componente curricular um dos espaços menos democráticos, em que os melhores esportivamente roubam o espaço dos outros e das meninas. A observação é que na Educação Física eles não abrem mão de reivindicar o conteúdo, até mesmo mais de um. Os corpos estão de alguma forma mais livres. Não foi sempre assim e a história da Educação Física seria um trabalho à parte.

Reiterando que as categorias foram definidas pela frequência de anotações, vamos, neste momento, transcrever algumas delas e analisar separadamente por entender que são formas diferentes de incapacidades da escola.

Isabela e Natalia → “se acham” as melhores da “classe”, mas tumultuam a aula com suas “idéias” (15/08 - 5ª 1)

Neste caso acredito que os (as) professores (as) deveriam agradecer pelo fato de alguém tentar mudar, mesmo que a idéia não fosse viável criaria uma situação para debater sobre as aulas e a escola. Porém o fato foi que além de ficarem anotadas no livro de ocorrências ainda tiveram uma desqualificação pessoal, apontando uma petulância em sua condição de aluna normal, e suas “idéias” não são boas, só tumultuam a sala, não devendo assim insistir em dar idéias.

Há os que podem dar idéias e os que não podem? Aluno que tem moral para falar e outros sem moral? Os professores são seres humanos e criam afetividade ou aversão com as pessoas que convivem. Um dia, disse para um aluno compartilhar a sua idéia (utilizar a quadra no intervalo) para a diretora, recomendei até ir com sutileza, e ele respondeu “eu não vou pedir para ela não, eu faço muita bagunça e ela nem vai me ouvir”. Há uma incapacidade de escutar os alunos de maneira geral, principalmente os marcados nos livros de ocorrência, “com a ficha suja”.

Rodrigo – parece que não entende quando a gente fala. (5ª1 - 20/9).

Realmente parece haver falta de entendimento na escola, o (a) professor (a) fala, repete e as ordens e pedidos não são atendidos. Ou o professor não entende que algumas coisas não vão acontecer. Não é questão de apontar o certo e o errado, a questão está no fato de ninguém se entender. Não queremos dizer que o professor deve se sujeitar às vontades dos alunos, mas algum entendimento deve ocorrer.

A linguagem da escola e a do aluno parecem ser diferentes, uma na norma culta e outra na virtual, uma lenta e outra veloz. Algum ponto de equilíbrio deve ser estabelecido para fazer uma ponte, resultando em maior compreensão. Pode até haver discórdia, mas com algum entendimento, posterior ao debate e prevalecendo a razão.

Voltaremos a este ponto com a análise dos filmes que retratam as escolas modernas, tanto no Brasil como na França.

O aluno Maick não demonstra ter noção de que e para que está na escola. (6ª 2 - 20/05).

A escola mostra dificuldade em dar sentido a si própria, não seria uma tarefa simples para os alunos responderem qual seria o motivo de ir a escola todos os dias?, Qual é a motivação?. Perdido na escola o aluno acaba ficando à margem do esperado pelos professores, e na margem constrói outros sentidos para ele na escola ou corre o risco de abandonar.

Esta anotação que provavelmente chegará ao seu conhecimento, pergunta-lhe: “O que você vem fazer na escola? Você acha que pode fazer o que faz na sua casa, aqui? Ou até, para fazer isso é melhor não vir!” Sei como é difícil para o professor suportar algumas situações, mas acredito que a escola atual não suporta mais as aulas de lousa, giz e saliva, ficando todos sentados por cinco horas. O aluno não sabe o que fazer nesta escola.

A escola mostra uma incapacidade de criar desejo pelo que oferece, levando em consideração que a palavra do professor e direção não são mais verdades absolutas para os alunos seguirem, pois as informações circulam e todos podem ter acesso a elas e interpretá-las de formas diferentes, só resta à escola penetrar no jogo da sedução. Mesmo que queira disciplinar seu grupo, não será mais pela força e sim pela manipulação de vontades: “Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la” (FOUCAULT, 2008, p. 95).

A produção do desejo coletivo deveria ser algo trabalhado pela escola, não só despertar o desejo naquele aluno considerado ótimo, que obedece todas as regras e cumpre todas as tarefas, criar o desejo daqueles que não obedecem, aqueles que reagem ao incômodo. Não sugerimos criar corpos dóceis e sim criar no plural, nas

mais diversas experiências. Os mais retrógrados opinaram que isso não dá certo, “coisa da juventude, de gente inexperiente”, mas qual é o sucesso da escola do jeito que está? Prorrogar sua morte?

Claro que não pretendemos falar do jogo do desejo do interesse coletivo para melhor gerir a escola, no sentido de manipular com maior eficiência, mas de realizar os desejos possíveis que a escola permite. Trazendo a arte para a vida, possibilitando uma desamarra dos corpos e assim um movimento total.

Uma anotação nos chama a atenção, com uma contradição ao que havia dito que as anotações são sempre negativas, encontrei uma anotação falando bem da classe, porém perceberemos que se aproxima de um parecer de bom comportamento que os presos obtêm quando não fazem nada de errado na prisão:

“Hoje a sala se comportou muito bem. Principalmente os alunos Alexandre, Nixon e Rodrigo Pereira. Merecem pontos positivos!! ☺”
(22/04 - 5ª3)

Termino este campo dos livros de ocorrências com uma das falas no debate sobre a autoridade que os professores da escola francesa travavam, entre as falas de sistema de cálculos para punições, expulsões e a escola estar muito permissiva o escritor-professor desenvolve seu pensamento sobre o assunto. Um pouco confuso quando defende em não retornar a mecanismos punitivos e autoritários do passado e defende que o adulto tem que se afirmar e impor suas regras. Confusão de uma escola que não tem sentido para uma parcela e sentidos antagônicos para outros, falta de comunicação entre todos que participam dessa (des)organização.

Devemos restaurar a autoridade que nossos avós conheceram na escola? Penso que devemos deixar o passado para trás e que as coisas que funcionaram bem antes talvez sejam menos eficazes agora e no futuro. Penso que cabe ao adulto se afirmar e impor suas regras segundo seus valores, e não em nome de uma moda que voltaria com força e consistiria em ser mais severo com os alunos. Ainda que a falta de assiduidade, de respeito e de muitos outros fatores que são a causa desse questionamento estejam frequentemente presentes nos estabelecimentos, restaurar esta autoridade nos moldes dos costumes antigos seria uma boa solução? Acho que não. Os jovens de hoje não aceitariam esse tipo de autoridade. Nem sequer conseguem imaginá-la. Essa nova geração não é majoritariamente partidária de sanções, de pressão constante e intempestiva, já basta a que existe. Além do mais, em alguns países, em particular do Terceiro Mundo, esse tipo de ensino é aplicado nas escolas, e acho que posso dizer que os alunos

gostariam muito de estar no nosso lugar! Então, se é para restaurar alguma coisa por causa de nostalgia do passado, não! (BÉAGAUEAU, 2009, p. 144)

1. 2. Análise do PROERD - A cultura policialesca na escola

Este campo procurará responder a pergunta: Por que a polícia implementa um programa dentro da escola pública, em quase a totalidade do programa, em horário regular de aula? Faremos uma breve análise do programa Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).

Qual será a interação entre as secretarias de Segurança e Educação? Qual papel da polícia e do professor, educar e/ou vigiar? Por que a polícia ocupa o lugar do professor na educação nestes assuntos de droga e violência? Podemos realizar diversas reflexões sobre este deslocamento do policial fardado para a sala de aula da escola pública.

Tentaremos fazer um breve percurso histórico para identificar algumas marcas durante determinados períodos, verificando a presença da polícia na escola. Serão breves pinceladas de documentos e livros que identificam a polícia na escola e/ou uma política policial, durante os últimos séculos. Após estas pinceladas retornaremos à análise do Proerd, que, por coincidência, é mais um programa implantado no Brasil e no mundo que teve origem nos EUA.

Outro fato que abordaremos é a diferença entre vigiar na democracia e na ditadura. Na ditadura militar brasileira, por exemplo, havia regras claras com proibições definidas; já na democracia “pode-se” tratar de diversos temas, porém diversos mecanismos e a cultura vigente fazem com que haja uma valorização de certos conteúdos e atitudes em detrimento de outros.

Antecipamos que este campo não pretende avaliar a performance ou os resultados do policial que se deslocou para a sala de aula na função de professor ou se o programa é positivo ou negativo. Pretendemos entender quais são os motivos desse deslocamento, além de realizar uma reflexão sobre a formação da polícia e sobre sua função. Para ser policial não é necessária formação em nenhuma licenciatura, somente ensino médio, e além disso a polícia forma seus funcionários com suas próprias filosofias. Tentaremos identificar nos documentos da Secretaria

de Segurança quais concepções de sociedade são transmitidas para seus funcionários e para a sociedade.

1. 2. 1. Polícia ou política policial na escola

Nesta parte vamos classificar duas formas distintas de vigilância sobre os alunos na escola, uma feita diretamente pela polícia, como por exemplo uma Ronda Escolar. A outra é uma política policialesca, feita não pela polícia, mas sim pela própria equipe escolar, com anotações em livros de ocorrência de todos os comportamentos considerados indesejados, e até a função de vigia da sala feita por alguns estudantes é consentida pelo professor, algo parecido com o olhar do grande irmão no livro **1984** de Orwell. Neste, todos sabem que estão sendo vigiados até pelos seus melhores amigos, em prol de um controle dos superiores, que acreditavam ser necessário para o bem estar comum e assim evitando possíveis aproximações de pessoas e coisas que só prejudicariam a vida “tranquila”. O desconhecido era o mal a ser combatido e nunca poderia se aproximar, todos podem fazer parte deste mal, então o controle deveria ser irrestrito, total.

Para esta tarefa usaremos dois livros com maior frequência: **Vigiar e Punir**, de Foucault, e **O Panóptico**, de Bentham. O livro de Foucault faz uma análise do poder sobre os corpos e o livro de Bentham explicita as vantagens de uma arquitetura que faz as pessoas acreditarem que sempre estão sendo vigiadas ou mesmo vigiadas permanentemente, dependendo do número de funcionários para a tarefa.

Podemos afirmar que as relações entre a polícia e a escola não são recentes. Encontraremos, em diversos momentos da história, a penetração dos militares na área pedagógica, e também a existência de escolas militares.

Gostaríamos de destacar a influência dos militares na Educação Física escolar. Com sua ginástica higienista, pretendiam educar os alunos moldando todas as posturas corporais, visando a educação moral por meio da atividade física, controlando os corpos e as vontades, com o discurso de preparar homens para a defesa da pátria. No Brasil os militares estão intimamente ligados à própria história da Educação Física como podemos verificar nos escritos de Castellani Filho:

Pude assim dizer, estar a história da Educação Física no Brasil, se confundindo em muito de seus momentos, com a dos militares. A criação da Escola Militar pela Carta Régia de 04 de dezembro de 1810, com o nome de Academia Real Militar, dois anos após a chegada da família real ao Brasil; a introdução da Ginástica Alemã, no ano de 1860, através de alferes do Estado Maior de segunda classe, Pedro Guilhermino Meyer, alemão, para a função de contra mestre de Ginástica da Escola Militar; a fundação, pela missão militar francesa, no ano de 1907, daquilo que foi o embrião da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo – o mais antigo estabelecimento especializado de todo o país... (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 34)

A Educação Física não era vista como apenas mais uma disciplina escolar sem muita importância pelos militares, acreditavam que no corpo encontrariam o caminho certo para formar o caráter de seus alunos e da nação. Soares (2002) escreve sobre o pensamento do coronel espanhol Francisco Amoros y Odeano, que viveu na França nas primeiras décadas do século XIX, muito ligado à criação da ginástica francesa:

A ginástica pensada por Amoros insere-se no conjunto das normas de conduta moral e de pedagogias que se elaboram para formar ou reformar o corpo, regulando corretamente suas manifestações e educando a vontade. É o corpo que objetiva a ação educativa e moral por excelência [...] os gestos são signos e podem organizar-se em uma linguagem; expõem a interpretação e permitem um reconhecimento moral, psicológico e social da pessoa. (SOARES, 2002, p 37)

Como podemos observar a polícia e a escola nunca foram totalmente separadas, porém com maior ou menor participação direta do policial na escola. Outro fato que gostaria de chamar a atenção é uma “política policialesca” na escola feita pelo próprio órgão colegiado. Com o desejo de controlar tudo o que se passa na escola, adotam práticas originalmente de delegacias, como livros de ocorrência, cadeados, grades e até câmeras filmadoras, com a possibilidade de fazer verdadeiras fichas do comportamento do aluno em determinado espaço de tempo.

Destaco agora a proposta de Bentham que já em sua introdução escreve que seu projeto pode ser utilizado em diversos locais, começando pelas casas penitenciárias, passando pelas casas para pobres e finalmente às escolas. As cartas de Bentham foram escritas na Rússia no ano de 1787 a um amigo na Inglaterra. Nestas cartas, a visão sobre os pobres é direta e descreve como obter o maior lucro

possível de cada trabalhador e, no caso da escola, a maior disciplina e progresso do aluno.

No trabalho de Bentham o resultado está diretamente ligado ao fato de persuadir a todos que nada escapará aos olhos de quem vigia, não com a tentativa de espionar escondido, mas sim faz questão de ser visto:

O objetivo do princípio da inspeção é exatamente o inverso: ele consiste em fazer não que eles suspeitem, mas que eles estejam certos de que seja lá o que fizerem será sabido mesmo que esse não seja o caso.(BENTHAM, 2000 p.71).
... se desde o início eu tivesse visto a totalidade do caminho que se estendia sobre mim. Tratava-se de um novo modo de garantir o poder da mente sobre a mente (idem, p.15).

A tentação do poder de controle sobre as pessoas pode ser identificada na escola ora por policiais, ora por professores e diretores. Ambos exercem sobre os corpos uma vigilância ou doutrinação a fim de tornar o vigiado um “corpo dócil”, sempre com discurso da responsabilidade de indicar o melhor caminho a esses que ainda não sabem o caminho “certo”, os corpos são objetos manipuláveis e alvo para as técnicas de poder:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 2004, P. 117).

1. 2. 2. O uso da força

Quando falamos de polícia na escola nunca devemos nos esquecer de todas as barbaridades ocorridas durante o governo militar brasileiro e em diversos outros países. Nem que seja para lembrarmos de algo que nos envergonhe e assim não repetir, embora há quem sente saudades até da censura.

Refletimos sobre duas formas de exercer o poder, uma primeira forma dura e agressiva com prisões e assassinatos de “inimigos” como a ocorrida na ditadura militar. E uma segunda, travada no campo ideológico, com o uso dos meios de comunicação e agressões desmoralizantes, muitas vezes respaldadas nas leis. Nas

duas formas existe uma luta de afirmações de posições, porém na segunda forma de exercer o poder tenta-se invalidar a outra parte, desqualificando como despreparados ou não conscientes da realidade e até afirmando que o grupo não representa a categoria defendida (uma ação policial evitando a ação política) - já na primeira forma reconhece o poder que o outro tem e tenta eliminá-lo. É bem verdade que, muitas vezes, quando a tentativa de invalidar e desqualificar um grupo não obtém resultados desejados, o uso da violência e das prisões volta ao cenário dito democrático. Em seus conselhos ao príncipe, Maquiavel já dizia entre optar ser amado ou temido, o melhor é escolher ser temido:

Chegamos assim à questão de saber se é melhor ser amado do que temido. A resposta é que seria desejável ser ao mesmo tempo amado e temido, mas que, como tal combinação é difícil, é muito mais seguro ser temido, se for preciso optar (MAQUIAVEL, 2003, p. 102)

É claro que os governos atuais não ameaçam mais seus críticos com ameaças de morte, com somente alguns casos isolados, porém sempre existe a ameaça de corte e descontos nos salários. Também existe a ameaça de prisões quando as manifestações afetam a ordem pública. Portanto, é dado o direito de protestar, porém em locais isolados, que não sejam em propriedades privadas ou que afete a ordem pública.

Essa dualidade de formas de poder, ora violenta (de confronto), ora gestora da ordem (de separar cada grupo em seu lugar) nos ajuda a refletir que o Estado pode exercer poder sobre a sociedade e qual segmento deste Estado de fato efetua o poder quando há necessidade de violência? São as forças militares. Weber afirmou que o Estado tem o monopólio da violência como instrumento de poder:

... “todo Estado se fundamenta na força”, disse um dia Trotsky a Brest-Litovsk. Grande verdade! Se existissem apenas estruturas sociais das quais a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido e apenas substituiria o que, no sentido próprio da palavra, se denomina “anarquia”. Por evidência, a violência não é único instrumento que se vale o Estado – não se tenha respeito qualquer dúvida –, mas é seu instrumento específico. Na atualidade, a relação entre Estado e a violência é particularmente íntima. Desde sempre, os agrupamentos políticos mais diversos – começando pela família – recorrem à violência física, tendo-a como instrumento normal de poder. Entretanto, nos dias de hoje devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado

território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindicando o monopólio do uso legítimo da violência física. (WEBER, 2003, p.60)

Minha inquietação é saber como a polícia entra na escola tão facilmente? Instituição legítima de repressão, que já possui um histórico sangrento em suas relações com a classe dos professores, (críticos do autoritarismo policial) e muitas vezes também com as comunidades pobres, não tem uma boa relação, população pobre com a qual o PROERD atua. Evidentemente a polícia não retorna à escola com a lógica do enfrentamento, mas provavelmente com o discurso de uma proposta nova, próximo da atuação da polícia comunitária, sendo o policial um “amigo” que estará sempre ao lado para “ajudar”, esquecendo o passado violento e o passado como algo de outro tempo, impossível de voltar, só voltará para aqueles que merecem.

Há também um fato novo: o policial entra na escola como instrutor de um programa educacional, mas continua sendo policial. Este policial toma alguns cuidados para preservar a criança e também a sua condição de instrutor, como por exemplo na lição 1 – O PROERD e você, o quarto combinado é “Use a expressão ‘Alguém que conheço’ em vez do nome da pessoa quando contar uma história”.(SÃO PAULOa, 2003, p.7). Outras duas perguntas que me inquietam são: Primeira - Quando o(a) instrutor(a) volta a ser policial legítimo repressor do crime? Segunda - A escola deve ser local de atuação direta da polícia militar? Há, portanto, uma linha muito tênue entre o “instrutor” e o “policial”, locados na mesma pessoa, pois se ele percebe a existência de um crime contado por uma criança que insinua ou dá indícios dos criminosos, a sua situação enquanto “policial” ficará alerta.

1. 2. 3. D.A.R.E. Brasil ou PROERD original U.S.A.

Chamo a atenção no título do programa por ser mais um produto importado pelo Brasil e por centenas de outros países, dentro da esteira da mundialização da educação, tornando-a cada vez mais voltada para as massas e que pode ser aplicada quase a mesma coisa em qualquer lugar do mundo. Não que as experiências não devam ser trocadas, mas a educação, em especial a brasileira, sofre um forte direcionamento de instituições estadunidenses. Direcionamento, nas

escolas públicas em especial, e abertura de um grande número de escolas privadas (indicando um movimento crescente na atuação do país), estas, de preferência sem intervenção estatal voltadas para as elites com expansão à classe média.

Usaremos a própria apresentação do PROERD para introduzir as análises deste programa:

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD – é a versão brasileira do programa norte-americano Drug Abuse Resistance Education – D.A.R.E., surgido em 1983. No Brasil o programa foi implantado em 1992 e hoje conta com 03 cursos: para 4ª série/ 5º ano do ensino fundamental I, 6ª série/ 7º ano do ensino fundamental II e curso para os pais.

O programa possui como material didático o “Livro do Estudante”, o “Livro dos Pais” e o “Manual do instrutor” auxiliando os respectivos cursandos e os Policiais no desenvolvimento das lições.

Consiste em uma ação conjunta entre o inspetor PROERD – Policial Militar devidamente capacitado, professores, especialistas, estudantes, pais e comunidade, no sentido de os alunos reconhecerem as pressões e as influências diárias, com isto, prevenido o uso indevido de drogas e minimizando a violência entre os educandos.

O PROERD é mais um fator de proteção desenvolvido pela Polícia Militar para a valorização da vida, contribuindo, assim, para o fortalecimento da Cultura de Paz e a construção de uma sociedade mais saudável e feliz. (SÃO PAULOa, 2003, p.3).

Com uma breve análise sobre o caderno dos alunos PROERD, com título original “D.A.R.E. A Look at Your Decisions Student Workbook” (The university of Akron, 2003) podemos perceber a iniciativa de aproximação da polícia militar com a comunidade, tanto com as crianças como de seus pais, iniciando pela capa. Há um desenho, o logotipo do programa, com um leão no centro de um triângulo com cada vértice representando uma instituição: Família, Escola e Polícia. Ainda no caderno do aluno, analisando as nove lições, acompanhadas do juramento e da música para a formatura, podemos traçar um perfil do curso, destacando três características marcantes:

- o estudo dos males que as drogas causam ao corpo;
- a constante retomada de como evitar as drogas e os males dela, fortalecendo o dizer não sempre às drogas, como em um trecho da música de formatura “Ensinando a dizer não”;
- a preocupação com as amizades, qualificando o bom e o mau amigo, algo parecido como a “separação da maçã podre do cesto”.

Um pré-requisito para a entrada da polícia na escola é a disciplina, “O primeiro gesto da disciplina é, de fato, circunscrever um espaço no qual seu poder e os mecanismos de seu poder funcionarão plenamente e sem limites” (FOUCAULT, 2008, P. 59).

O livro ou caderno do aluno PROERD é muito parecido com os cadernos dos alunos dos ensinos fundamental e médio do Estado de São Paulo, com quarenta e três páginas. Nas primeiras páginas está a apresentação, fazendo um breve histórico e deixando a mensagem que o programa da polícia militar está “contribuindo assim, para o fortalecimento da Cultura de Paz e a construção de uma sociedade mais saudável e Feliz”. Poderíamos nos questionar qual é a compreensão de “saudável” e “feliz” que a Polícia Militar pretende compartilhar com as populações pobres, locais onde o curso é ministrado. E a introdução ao programa, explicando como funciona e solicitando a assinatura dos pais para certificar sobre a ciência do curso, na introdução o que mais chama a atenção são dois dos requisitos para participar:

- “- comportar-se bem durante as aulas;
- e o mais importante: Manter-se longe das drogas.”

Não sabemos quais são as providências e a forma que estas são tomadas quando esses requisitos não são atendidos, provavelmente essas são ameaças que acabam não sendo cumpridas, porém uma ameaça feita por um policial tende a ser respeitada. Ainda mais por conta do curso ter duração de 10 semanas, até vencer o medo do Policial o curso estará perto do fim. Em todas as escolas que tive contato com professores e pesquisadores nunca soube de alunos retirados do programa e da sala de aula, todos participam.

Vamos analisar a Lição 1 - O PROERD E VOCÊ, inicia com os cinco combinados: levante a mão e aguarde ser chamado para que só uma pessoa fale de cada vez, seja positivo e respeitoso, observe e use o sinal de silêncio, use a expressão “alguém que conheço” em vez do nome da pessoa quando contar uma história e responda somente as perguntas que não o deixem acanhado. Após um exercício de responder sobre coisas legais para se fazer em casa, na escola e com os colegas, na seqüência há a aula sobre Tomada de Decisão.

Nesta aula, tudo aparece seqüenciado: **Defina** (descreva o problema, desafio ou oportunidade), **Analise** (pensar nas opções e seus prós e contras), **Atue** (faça uma escolha, usando os fatos e as informações que você observou) e **Avalie**

(analisar o sucesso da decisão tomada). Para finalizar a primeira aula há duas situações problemas que envolvem desejo *versus* compromisso. E no final os alunos precisam anotar três coisas que aprenderam na aula. A razão crítica aqui é distorcida, não há um debate qualificado. O “**definir**” problemas pré-supõe uma vida planificada das coisas certas e com alguns problemas a serem eliminados, extinguindo os efeitos do inesperado. A “**análise**” também é individualizada, só os “contras” são evidenciados e os “prós” ganham conotações negativas, um processo de subjetivação voltado para uma educação no singular. O “**atue**” visa o sucesso, mas trata-se de qual sucesso? E o “**avaliar**” serve para constatar se você ainda está no time das maçãs boas.

A Lição 2 - Fatos sobre os cigarros, inicia com uma situação problema em que um amigo fala para o outro fumar e que isso é normal entre a maioria dos jovens. Eles dão a opinião individual e em duplas, e após o instrutor oferecer a estatística dos jovens fumantes, os alunos devem pintar um quadro com cem figuras humanas, quantos fumam e quantos não fumam. Esta lição mostra que os fumantes não são a maioria da população jovem, então não é verdade que a maioria fuma. Mas caso fosse a maioria, onde fica o desejo de não ser a maioria? Voltando à aula, há um texto sobre as consequências do uso do cigarro com efeitos na saúde e fatos relacionados ao fumo, são todas as doenças que o cigarro pode causar e os males de aparência como rugas e dentes amarelados. Depois há exercícios sobre este texto, seguido de frases do Ministério da Saúde, iguais às que encontramos nos versos dos cigarros, terminando com outros dois exercícios, um para criar uma advertência e o outro para aconselhar demais pessoas sobre os efeitos prejudiciais do cigarro. Nesta e em outras aulas a estatística se faz presente como poderoso instrumento de controle:

Por um lado, a teoria da arte de governar esteve ligada, desde o século XVI, a todos os desenvolvimentos do aparelho administrativo das monarquias territoriais (aparecimento dos aparelhos de governo, dos representantes do governo, etc.); esteve ligada também a todo um conjunto de análises e de saberes que se desenvolveram desde o fim do século XVI e que adquiriram toda sua amplitude no século XVII, essencialmente esse conhecimento do Estado em seus diferentes dados, em suas diferentes dimensões, nos diferentes fatores do seu poder, e foi isso que se chamou precisamente de “estatísticas” como ciência do Estado. (FOUCAULT, 2008, p. 133-134)

Com a adoção das estatísticas, o panóptico se torna arcaico, não há mais a pretensão de vigiar a todos, o importante agora é controlar as estatísticas, para manter um controle. O “deixar morrer”, não é mais problema, enquanto os dados forem “positivos”.

A Lição 3 – Cortina de fumaça, inicia a aula com duas situações seguidas de tomada de decisão (Defina, Analise, Atue e Avalie). Na primeira, dois amigos comentam a atração da publicidade do cigarro e decidem experimentar e o aluno deve se colocar na posição de outro amigo que está junto. Na segunda situação há um reencontro de três amigas e uma delas oferece o cigarro para as outras duas, uma das amigas aceita e um outro aluno se coloca na situação da outra amiga. Aqui percebemos a orientação de que além da própria recusa ao cigarro o aluno deve aprender a ser um policial dos colegas. A aula continua com um texto sobre consequências do uso da maconha, efeitos na saúde e fatos relacionados ao seu uso. Mais uma vez os efeitos à saúde e à capacidade física, podemos dizer efeitos à qualidade de vida. Não há nada dizendo sobre efeitos diferentes de pessoa para pessoa. A aula termina com uma cruzadinha, com as resposta retirada do texto e respondendo o que você aprendeu sobre os riscos à saúde causados pelo cigarro e pela maconha.

A Lição 4 – Fatos sobre o álcool, inicia com um exercício muito parecido da lição 2, sobre a porcentagem de jovem e uso de álcool, seguida de consequência do álcool, efeitos na saúde e fatos relacionados ao uso de álcool e dos efeitos à saúde. O que nos chama a atenção é “Se você estiver com pessoas que estão bebendo, há maior risco de acidentes, violência e desastre automobilístico”. Aqui a polícia deixa um recado, “não fique perto de pessoas que usam drogas, elas são perigosas”. Depois há um exercício de verdadeiro ou falso, com base no texto, seguido de duas situações em que os alunos se imaginam tendo a possibilidade de contato com o álcool, eles devem montar equipes e utilizar o modelo de Tomada de Decisão Proerd, por fim marcam o que aprenderam na aula sobre os efeitos prejudiciais do álcool e devem escrever como utilizar essas informações “para ajudá-lo a tomar sábias decisões para evitar o uso do álcool”.

Na Lição 5 – A verdade real, a aula traz informações sobre o uso de inalantes, efeitos na saúde e fatos relacionados a este, volta à questão das doenças e perda de tônus muscular (como consequência, há um desempenho esportivo negativo), terminando o texto com a informação que 86% dos jovens brasileiros nunca

experimentaram inalantes. Aparentemente não preocupa tanto esta droga, apesar dos efeitos, pois os dois exercícios desta aula são sobre o álcool, provavelmente o instrutor pede para prestar atenção nas propagandas de bebidas e os exercícios perguntam: o que surpreendeu com o impacto dos anúncios? e como os alunos pensam que os anúncios tentam influenciar os jovens?

As lições 3, 4 e 5 limitam-se a falar dos efeitos biológicos e sociais, das drogas, com a ênfase colocada sempre nos aspectos negativos. Destacamos que neste conjunto uma das aulas tem o título “A verdade real”. O curso se mostra informativo e não educativo, pois as respostas e as verdades já estão prontas e sem espaço para uma criança argumentar ou para apresentar a sua opinião. Com frequência a resposta é previamente considerada errada denotando que o aluno não entendeu nada. O curso não conseguirá nunca construir no coletivo, sempre será no singular, como a própria música diz: “Existe um amigo que vai lhe ensinar”, um conhecimento colonizador.

A Lição 6 – As bases da amizade, inicia descrevendo como é um bom amigo, depois os locais em que freqüentam os alunos e por último a pergunta “como você sabe quando alguém não é seu amigo?” Há uma indicação que amigos são aqueles que não usam nenhuma droga, ou aquele que te oferece uma cerveja ou cigarro não é seu amigo. Depois a aula segue com o tema “Pressão do grupo”: há uma situação em que um menino é convidado a fumar e chega a ser chamado de covarde se não fumar; a aula segue com os alunos se colocando no lugar do menino. No final da aula há as tarefas de indicar as qualidades de bom amigo e descrever a sensação com relação à pressão do grupo e como ela pode acontecer. Destaco que no fim da lição há desenhos das crianças ao lado do “leão Proerd” e do instrutor Proerd, fazendo uma sutil referência de como é um amigo.

Na Lição 7 – Decidindo de forma confiante, há um manual que ensina como ficar longe de pessoas e coisas “ruins”, ensinando ou treinando as falas para possíveis situações. A página 34 nos oferece uma boa noção da ideologia da polícia:

Ficando longe das situações de risco:

- | | |
|------------------------|--|
| 1. Evitando a situação | Se você conhece os lugares onde as pessoas geralmente usam drogas, fique longe desses lugares. |
| | |
| 2. A união faz a força | Ande sempre com amigos que não usam drogas. |

.....
 3. Afastando-se “Tenho uns cigarros. Quer um?
 Diga não e afaste-se.

4. Dando um gelo “ Ei, quer fumar?”
 Simplesmente ignore a pessoa.

Saindo de situações de risco:

1. Recusando “Quer uma bebida?”
 amistosamente “Não, obrigado.”

2. Dando uma razão “Quer uma cervejinha?”
 “Não, obrigado. Não quero ficar
 tonto.”

3. Mudando “Vamos fumar um baseado?”
 de assunto “Você viu o filme de ontem na TV?”

4. Recusando repetidamente “Quer um cigarro?”
 (Disco arranhado) “Não.”
 (Sem perder a calma) “Ah, vai.”
 “Não.”
 “Só uma tragada?”
 “Não.”

5. Usando o bom humor “Quer um baseado?”
 “Não, Preciso de todos os
 meus neurônios.”

(SÃO PAULOa, 2003, p. 34).

Nas lições 6 e 7, percebemos a clara semelhança com o ditado popular “diga com quem tu andas, que te direi quem tu és”, de forma bem pejorativa a quem escolhe usar determinadas substâncias, com orientações claras, afasta, ignora e não pode ser amigo. Terminando a lição há duas tarefas para responder, por que é difícil dizer não aos nossos amigos? E explicar por que é importante que tomemos nossas próprias decisões? Por outro lado, há um recado subentendido: “deixe que aqueles “tortos” a Polícia Militar vai dar um jeito, e não entre no caminho da Polícia Militar”.

As perguntas já têm respostas prontas: tomar as próprias decisões com as respostas possíveis (corretas) já escritas na página anterior, não há questionamento, só perguntas possíveis para respostas prontas.

Na Lição 8 – Situações de pressão pessoal, os alunos devem responder seguindo o modelo de tomadas de decisões Proerd duas situações em que ninguém oferece as drogas (cerveja e cigarro), mas elas estão de fácil acesso e há o desejo de consumo. Neste caso, os alunos devem aprender como dizer não à curiosidade.

A seqüência da aula é para preparar o rascunho da redação “trabalho final” e, por fim, há uma pergunta direcionando a resposta “Como você acha que o Modelo de Tomada de decisão Proerd pode ajudá-lo(a) a tomar decisões sábias?”, todas as respostas do caderno do aluno sempre são respostas certas, podem variar as situações e o jeito de tomar as decisões “certas”. Há uma impossibilidade de sabedoria para todos que usam alguma droga, mas há tantas drogas que anestesiaram a vida circulando livremente e até fazendo propagandas.

A Lição 9 – Pratique! Pratique! Pratique!, o jogo Proerd, há três rodadas em que os alunos devem completar com as respostas certas, cada rodada tem uma pontuação para cada resposta certa, há um início de frases e os alunos devem completar. Para terminar a parte de exercícios há um corpo humano com as indicações dos órgãos que as drogas afetam, e nesta parte eles devem responder sobre cada droga e o órgão afetado. Depois há um treinamento para a formatura, decorando o juramento e a canção do PROERD. No juramento, pudemos observar que há um controle da postura corporal, todos em pé com o braço direito estendido, com postura rígida e seriedade, mas é claro que nem todas as crianças seguem à risca. Na última página está a canção feita pelo 3º Sgt Cláudio Coutinho dos Santos – PMERJ - esta parte não poderia ser simplesmente traduzida por questões de ritmo musical. Os destaques da música são as questões envolvendo a solução, manter-se a salvo e que quem ensina é um amigo. O instrutor junto com todo o programa parece tomar o lugar do pastor que leva seu rebanho para os campos tranquilos e se uma ovelha desgarrar, a decisão foi dela e esta decisão errada causará danos futuros.

O programa não surpreende em nada, se fizéssemos um exercício de imaginar como a instituição policial trabalharia com a formação de crianças, esta imaginação seria: respostas já certas sem questionamentos aprofundados, trabalhariam com os males ao “corpo saudável” tudo que afaste ao corpo perfeito do soldado, sempre evocando as leis, tomando a postura separação de quem ensina e quem aprende... O diferente de nossas possíveis imaginações é a postura e a abordagem, o policial se coloca como instrutor, chamado pelos alunos algumas vezes de professor-policial, não há de início uma postura de enfrentamento, tão tensa como as encontradas fora dos muros da escola, como por exemplo quando o policial pede para todos irem para a parede e só responder quando perguntado, mostrando toda sua autoridade. Aqui a polícia caminha até para a recreação,

conquistando mais facilmente a amizade e a admiração dos alunos, utilizando o aspecto afetivo como um recurso para alcançar os resultados dos cursos.

Estudando os diversos programas do PROERD pelo país, verifiquei algumas diferenças regionais, como a utilização da farda, no Estado de São Paulo e, no Rio Grande do Norte, há a utilização de uma roupa mais leve, inclusive com a participação de um palhaço PROERD (provavelmente um policial). No Rio Grande do Norte também encontramos até a participação no carnaval, com a micareta PROERD.

Embora no Estado de São Paulo o policial não utilize roupas mais leves (usando, portanto, a farda) e não leve seus alunos para o carnaval tal como no Rio Grande do Norte, é notório também que os policiais busquem a conquista da confiança dos alunos com brincadeiras e técnicas de recreação, como por exemplo em todo início de aula o instrutor começa dizendo “**Hoje é dia de...**” e as crianças respondem “**PROERD**”, ou ainda outra animação: “**Luz, câmera... PROERD!**” e constatamos que na grande maioria dos cursos são pessoas queridas pelos alunos. Percebemos uma mudança na postura, para uma ocupação de um território que não pertencia à P.M. , neste caso a sala de aula. Além desta mudança de postura podemos identificar um apelo ao lado religioso, com indicação da salvação, em um trecho da música Proerd: “E para manter-se a salvo é preciso dizer não”, há uma promessa de salvação e solução para a vida se seguir firme no caminho indicado pela P.M. Em uma formatura Proerd, depois dos rituais: cantar o hino nacional, juramento e canção Proerd, foi tocada uma canção evangélica com o refrão “Entra na minha casa, entra na minha vida” deixando escapar sutilmente que estes instrutores (Policiais) são pessoas enviadas por Deus. Algumas formaturas também apelam aos fetiches de consumo, com sorteios de bicicletas. Há, ainda, a questão do mérito, para os alunos que se destacam com a redação final: na formatura, estes ganham medalhas como forma de destaque entre os demais.

Quando mencionado na apresentação “instrutor devidamente capacitado”, a característica afetiva e a forma de relação com crianças provavelmente façam parte dessa capacitação, além do conhecimento dos temas tratados realizando formação em curso de 80 horas.

A polícia, embora represente a ação do governo, está sempre alerta para cumprir as ordens deste governo, não pode ser crítica às ordens e sim cumpri-las. A escola tem ou deveria ter um papel crítico sobre todos os assuntos e contestador

quando acreditar ser necessário. Lembro-me agora de uma história ocorrida no dia 03 de maio de 2003, no bairro da Palestina, em Salvador, de um trabalhador que, a serviço do poder público, foi contratado para demolir uma casa humilde de um casal com sete filhos, mas com os pedidos desesperados dos moradores o trabalhador não cumpriu seu trabalho e ainda foi ameaçado de ser preso na hora, por não cumprir a ordem judicial. O policial foi vaiado pela população local e ainda argumentou que estava fazendo seu trabalho.

Qual o limite do debate que a polícia militar está disposta a participar? Pois sua história e função estão ligadas ao cumprimento de ordens e da legislação, mesmo quando em situações de conflito pessoal o policial é treinado para cumprir seu dever. Esta dúvida da capacidade de encarar o debate aumenta quando constatamos que o programa já se apresenta como solução.

Desejar que o uso de drogas lícitas e ilícitas diminua entre nossas crianças, jovens e adultos é natural, defendemos também que o debate sobre drogas seja ampliado no país. Mas não acreditamos que para atingir este objetivo todos e quaisquer recursos sejam válidos, como no pensamento maquiavélico de que “os fins justificam os meios”. Um desses recursos é o da implementação vertical dos governos que aderiram ao PROERD no Brasil (os primeiros estados foram SP e RJ). Cada escola deveria ter uma análise e uma decisão autônoma sobre a implementação do PROERD e de outros projetos, em geral. Embora o programa PROERD fale em adesão das escolas ao programa, na prática não passa pela cabeça dos prefeitos e diretores de escola dizer não à polícia, há um receio de negar.

Também gostaríamos de fazer uma crítica ao fato de uma série de programas passarem pela escola, sem pensar no tempo do professor com os alunos, que será diminuído se alguma atividade entrar no horário regular de aula, comprometendo o cronograma do professor. Defendemos que todos os programas ou projetos aprovados em câmaras ou gabinetes passe também pelo aval da equipe escolar, sendo definido pela escola, após a aprovação, se fará parte do horário comum ou extra.

Temos sérias dúvidas dos benefícios da polícia militar na escola aplicando um programa educacional. Sua formação não é pedagógica: para ser policial é exigido apenas o nível de Ensino Médio. Mas nosso incômodo não está ligado apenas à titulação, mas às diferentes formações. A capacidade de resolver problemas na

escola é diferente da força que a polícia usa por direito, embora acredito que haja o desejo por parte de alguns professores da presença do poder policial, mostrando que é isso o que o espera se continuar desobediente às regras.

Reconhecemos a tentativa da polícia militar de recuperar a credibilidade com a sociedade, implantando projetos de polícia comunitárias mais próximas da população, “aquele policial conhecido no bairro”, por outro lado enxergamos a polícia entrando ainda mais no controle da vida da população, como uma “governamentalização policial da vida”. Não pretendemos entrar nas questões de qualidade e formas de atuação da segurança pública, mas defendemos que a escola não deveria ser utilizada para atingir os objetivos da Secretaria de Segurança Pública e nem de outras instituições privadas ou públicas. As parcerias feitas com a Secretaria de Educação deveriam primordialmente atender aos anseios da educação.

Sobre o uso de drogas, analisando o caderno e refletindo sobre a instituição “polícia”, acreditamos que o curso é muito fraco. Ensinar a dizer não e repetir esta frase com as crianças diversas vezes, entendemos mais como um doutrinamento do que como uma formação. Não ataca de fato as pressões sociais com uma ajuda psicológica qualificada, não tem formação suficiente para debater sobre as pressões de um sistema capitalista em que a maioria será excluída de uma “boa qualidade de vida, e não tem a coragem de admitir que muitas pessoas usam drogas de forma que não prejudicam a qualidade de vida, como por exemplo, as pesquisas que indicam que uma dose de vinho por dia pode ser benéfica à saúde”.

Entendemos a escola como lugar de disputa e liberdade de pensamento, e também que a polícia seria bem melhor aproveitada na escola em convites específicos, para mostrar o ponto de vista da polícia militar sobre determinado assunto que a escola deseje tratar. Também acredito ser mais democrático e dentro dos princípios da escola pública se houvesse o curso do PROERD na escola como uma opção de formação, sendo fora do horário regular de aula.

Também nos preocupa a idéia de “bom” e “mau amigo”, pois a tendência é discriminar e afastar a criança “indesejada”, fora dos padrões morais da polícia, sem contar uma tendência de generalizar todo usuário de drogas como pessoas ruins. Só aumenta o desconforto destes alunos, que terão maior preconceito por todos da escola e assim provavelmente abandonarão os estudos.

Gostaria de encerrar este tema com a idéia que nos ocorre quando pensamos na polícia militar: obediência e disciplina. Temos receio que a escola utilize o policial para ajudar em sua disciplina, como uma forma de ameaça às crianças. Terminamos com uma citação de Foucault sobre o desejo de controle total, que muitas vezes afetas os membros da escola:

A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetuando sobre as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos “corporal” por ser mais sabiamente “físico” (FOUCAULT, 2004, p.148).

A violência não pode ser usada como justificativa para o fim do brilho das manifestações e a escola não pode se seduzir por uma disciplina que faz “funcionar”, principalmente quando este funcionamento está ligado ao não discordar e ao não participar. Não defendemos uma escola frouxa, que “tudo pode”, nem uma escola em que “nada pode”, sem brilho, tornando a vida opaca. Esta última não ajuda, no máximo posterga o problema, e quando o controle for menor eles sentirão que podem fazer tudo, pois não há ninguém vendo. Ou passar a vida sobre o controle policial, não será solução e nem salvação. A escola então deve caminhar no sentido da formação de sujeitos que entendam a dimensão social de suas ações, sempre construindo os limites por meio da crítica, sem precisar apelar para o uso do poder policial.

CAPÍTULO DOIS

ENTRE O CONTROLE E A EMANCIPAÇÃO, A REALIDADE DAS ESCOLAS

Iniciamos este capítulo com a análise de dois filmes que nos indicam a situação das escolas nos dias atuais: um francês, **Entre os muros da escola**, e o outro brasileiro, **Pro dia nascer feliz**. Nos dois filmes percebemos a incapacidade da escola se adaptar ao século presente e conseguir interagir com os problemas atuais, além da precariedade do Estado em fornecer uma escola com estrutura e recursos necessários. Há escolas que não apresentam estruturas físicas e higiênicas aceitáveis, como por exemplo as escolas públicas do filme brasileiro, sem transporte, sem manutenção e até falta de recursos humanos (professores e funcionários), além da falta de recursos didáticos modernos e atualizados.

Sempre que as conversas da situação dramática da escola atual estão em debate o discurso saudosista do respeito incondicional ao mestre dos velhos tempos reaparece. Lembro que em minha escola uma professora era famosa por usar uma palmatória ou mesmo a régua para disciplinar os alunos (algo que nos remete a um quartel militar). Com toda certeza isso dificilmente aconteceria atualmente, tanto pelas leis vigentes como pela própria impotência física da professora fazer isso, pois a maioria dos alunos não aceitaria estas agressões calados. Os alunos não são mais súditos tão fieis e até vivem em constantes rebeldias contra o poder da autoridade ou do autoritarismo. Essa rebeldia considerada desaforo pelos saudosistas também indica uma crítica ao sistema e ao conhecimento oferecido, sem respeitar o senso crítico dos alunos e suas experiências, sem permitir a curiosidade própria dos alunos, desqualificando a idéia que a mudança da escola é possível e oferecendo uma escola sem alegria e esperança.

Geralmente o conhecimento é apostilado, fechado, definido em algum lugar longe da escola e algumas vezes até mesmo longe do país. Com a mundialização da educação alguns programas são vendidos globalmente. Fica como dever do bom aluno dedicar boa parte de seu tempo a algo que ele não encontra sentido. Nem os professores têm tanta clareza da necessidade de alguns conhecimentos ou conteúdos que estão em suas apostilas, mas se o dever do bom aluno é fazer o que o professor pede, o do bom professor é fazer o que a secretaria de educação determina. Seria a rebeldia mesmo um mal? Não deveríamos agradecer aos

rebeldes por mostrar que a escola está desestimulante, principalmente na sala de aula? Por que a escola é mais interessante nos intervalos quando a atuação sobre os alunos é menos perceptiva?

Assim como as anotações nos livros de ocorrência são feitas no calor do desassossego do professor, algumas vezes as ofensas dos alunos são feitas na inquietação, no estopim do aluno. Voltando rapidamente ao livro de ocorrência:

O aluno Bruno estava imitando um “jumento” na sala de aula. Quando a professora pediu para ele parar, o aluno disse “foda-se tudo e todos!” O aluno foi retirado da sala e encaminhado à direção para ser tomada alguma providência. A mãe foi chamada. (5/9 - 5ª1)

Outras falas dos alunos no calor de sua atenção sendo chamada são: “essa escola é uma merda” ou “vou embora, eu não gosto daqui mesmo”, já tive a oportunidade de presenciar alguns colegas professores descreverem essa situação e o comentário seguinte é “vai embora mesmo, só enche a paciência”. O desejo é de uma escola planejada, na qual todos saibam exatamente o que devem fazer e façam, sem discordar ou no máximo que discordem no lugar certo, na hora certa e com a pessoa certa.

Assim inicio a análise do filme francês “Entre os muros da escola”: essa história tenta reproduzir o cotidiano de uma escola situada na periferia de Paris e com uma grande diversidade de culturas, principalmente de vários países africanos. Tem como protagonista o professor de Francês. Logo um professor da língua nacional que mostrará em sua prática a dificuldade encontrada na comunicação entre a linguagem dos alunos e da linguagem escolar.

O filme é baseado no livro de mesmo nome e interpretado pelo próprio escritor. O professor tenta dar sentido à vida de alunos que são herança de uma Europa pós-colonial, porém diversos conflitos surgem, principalmente quando ele tenta realizar um trabalho de autorretrato e os alunos começam a ter voz, relatando suas vidas e questionando o por quê de ainda aprenderem coisas que nem suas avós utilizam mais, perdida em algum lugar do passado e que só a escola procura resgatar.

Os fatos que destacamos do filme são aquelas cenas que já são do cotidiano escolar em qualquer escola do mundo: o filme inicia com o planejamento escolar, apresentações e novos professores curiosos para saber sobre a escola, nas

apresentações há risos quando o professor de matemática se apresenta como professor de tabuada, mostrando certa descrença nos alunos da escola, na escola e nele próprio. Outra cena curiosa e comum, um professor novo na escola mostra a lista de sua sala e um mais antigo descreve aluno por aluno sobre seus comportamentos: “esse é bom, péssimo, regular, péssimo, esse é bom mas não pode ficar perto deste....”, mapeando a classe, tomando os cuidados antes de entrar nesse ambiente hostil.

Para tentar motivar os alunos a prestar a atenção o professor constantemente questiona os alunos sobre suas capacidades e conhecimentos, “você conseguem se concentrar por 20 segundos?” e um debate sobre como deve ser aproveitado o tempo de escola, pois as outras escolas aproveitam, indícios da escola refém da competição capitalista. Nessa estratégia de tentar trazer os alunos à aula o professor algumas vezes provoca um incômodo com os alunos, e um desabafa: “Está pegando pesado com suas piadas, todos acham”, retrata o incômodo do professor com os alunos não terem preparo para estar ali e o incômodo dos alunos de não saberem muito de tudo que a escola ensina, além do fato desta ignorância ser evidenciada o tempo todo, e o contraste de que eles não são capazes de muitas coisas e uma expectativa alta sobre eles.

Outro fato importante é sobre os direitos dentro da sala, o professor pede para uma aluna ler e ela se recusa, estendendo-se para uma briga. O professor defende que tem o direito de pedir para a aluna ler e a aluna acredita ter o direito de não querer. Durante o filme algumas falas nesse sentido aparecem, o professor pede para o aluno apresentar seu trabalho, ele diz que não quer, por vários motivos, um deles é a vergonha de seu trabalho. Em uma das cenas o aluno se recusa, o professor questiona se ele não sabe ler e o aluno responde “sei, mas não quero ler agora”. Os direitos e deveres se confundem com autoridade e insubmissão, com implicância do professor na visão do aluno e desaforo do aluno na visão do professor, emergindo uma escola dos conflitos, com a idéia de oposição constante entre professores e alunos.

O filme ganha mais emoção quando a aula passa para a tarefa do autorretrato. No início os alunos não se sentem capazes de realizar uma tarefa assim, depois alegam que suas vidas não têm nada de interessante. Destacamos que estes alunos já incorporaram algumas falas da sociedade e até de seus professores, que não são capazes e que suas vidas não têm nada interessante para

contar. Ainda sobre este trabalho, quando questionado por que fazer o trabalho, o professor responde que um dos motivos é saber um pouco mais da vida dos alunos, e alguns alunos respondem que não acreditam que o professor quer saber nada da vida de nenhum aluno, sendo aquela somente mais uma tarefa de seu trabalho. Há, neste caso, uma desconfiança das intenções da escola e uma descrença que a escola esteja interessada no cuidado com a vida dos alunos.

Numa reunião de professores e direção há dois pontos na pauta discutidos com certa empolgação, o primeiro é sobre sistemas de punição aos alunos indisciplinados. Há quem defenda uma contabilidade de pontos, outros criticam esse sistema pois oferece uma margem de indisciplina a eles; outro professor acha que a escola se preocupa muito com as punições e deveria ter outra postura, e o diretor pergunta: “Qual?” Faz-se um silêncio e trocam o ponto da pauta, passam a discutir o aumento do preço do café dos professores, e a explicação que a máquina deve ser economicamente viável.

Nas aulas o trabalho sobre o autorretrato ganha força, participação e envolvimento dos alunos, traz para a sala a linguagem dos alunos, como eles falam no intervalo e seus gostos, traz também as provocações e brincadeiras. Neste momento a escola não admite a brincadeira e um dos alunos, após ofender a colega, é retirado da sala e levado à diretoria. Quando isso ocorre há sempre a tentação de não permitir que os alunos falem muito, só o professor tenha o direito à voz e a aula seja totalmente dirigida pelo professor, sem “entrar no risco”: um outro discurso volta à tona - “não adianta fazer nada de diferente, só dá problemas”, reforçando a idéia que a escola tem que ser não participativa pois os alunos não sabem fazer nada.

Após o conselho de classe, em que as representantes dos alunos participaram, houve uma discussão na sala, pois um dos alunos perguntou ao professor se os professores da escola querem se vingar dele. O professor, sem jeito, responde: “Estamos aqui para prevenir, não para se vingar, mas para impor a disciplina. Percebe a diferença?” O aluno responde: “Não”. O professor apela para o sistema judiciário que aplica penas para que a sociedade funcione, a discussão continua até a representante falar que os professores o chamaram de “limitado”. O aluno repete a palavra “limitado” em voz baixa e se cala. Depois o professor fica bravo com as duas representantes e questiona se o papel delas é garantir um bom funcionamento ou fazer um bordel entre o professor e os alunos... E completa

lembrando que durante a reunião pareciam duas vagabundas com seus risos. A classe fica chocada e o aluno “limitado” levanta para sair da sala sem nenhuma autorização, os colegas tentam segurá-lo, mas ele acerta sua mochila em uma aluna, por acidente, que sangra. Como saiu da sala sem autorização é levado à direção e o professor faz uma ficha de ocorrência. Nesta ficha omite o fato de ter chamado as alunas de vagabundas; mais tarde é solicitado que refaça a ficha mencionando o fato. Este aluno que já não era bem quisto pela equipe escolar, tem seu nome mencionado a ir para o conselho disciplinar da escola.

O professor de francês defende o aluno, porém o diretor o lembra que ele mesmo levou-o à sala da direção para resolver um problema anterior. Há uma defesa de levar o caso do aluno ao conselho e deixando-o decidir. A professora que é contrária à situação lembra que todos os casos levados ao conselho terminaram em expulsões e que lá os (as) alunos (as) ficam com medo, paralisam e não falam. Um outro professor, que defende levá-lo ao conselho, diz: “Já não o controlamos há muito tempo”. A escola precisa mostrar que necessita estar no controle para funcionar, porém é apenas uma ilusão acreditar que esta ainda tem este controle, mas ações como expulsar alguns alunos periodicamente traz um efeito de ameaça aos alunos durante um período, porém o “funcionar” necessita de uma compreensão maior do que o “controlar”.

O caso da ofensa, “vagabundas”, ganha repercussão: o professor vai até o pátio para falar com suas alunas e tenta explicar que não ofendeu, não as chamou disso e que apenas disse que naquele momento ela tiveram atitude de vagabundas. Neste momento, um grupo de alunos cerca o professor, defendendo as meninas. Uma das ofendidas responde: “Para mim vagabunda é prostituta”. Um outro aluno ainda lembra da ameaça de expulsão e diz: “Desculpe, mas professores que expulsam os alunos, são uns ‘filhos da mãe’”. O professor continua sua explicação: “Vocês precisam entender que eu sou o professor e posso dizer certas coisas e os alunos não! E é assim mesmo!”. O professor, por último, questiona se as alunas querem que ele seja punido. As mesmas respondem que sim, pois se elas são punidas sempre que falam alguma coisa, o professor também deveria ser. O desejo de punir se manifesta na escola, um desejo de ser polícia e também juiz, por mais que considerem injustas suas punições muitas vezes gostam de ver os outros sendo punidos, aparecendo como um fetiche escolar. Outro fato importante desta cena é que no pátio o professor não tem o mesmo poder que na sala: há, nesta situação,

um deslocamento para o lugar em que os alunos se sentem mais confortáveis para falar, todos estão de pé, próximos e sem nenhuma carteira entre si.

O conselho do aluno considerado limitado e fora de controle ocorre e, como era de se prever, ele é expulso. Após várias acusações, o aluno tem o direito à fala e confessa estar de saco cheio e sem nada a dizer. Depois desta cena vem o jogo de futebol entre professores contra alunos de final de ano, e ali uns contra os outros parecem a maior união de ambos, um grande grupo de colegas felizes.

Encerro as observações do filme com uma fala do professor no início do ano letivo, retirada do livro: “-Porque se você for assim o ano inteiro, vai ser a guerra e você é quem vai perder. Ou é a guerra e vai ser um pesadelo para você, ou faz as coisas direito e tudo estará bem, bom fim de dia.” (BÉGAUDEAU, 2009 p. 17).

Será que a escola só tem duas opções? Ou é a guerra ou é o pesadelo na vida do estudante. Na história da escola apresentada no filme vemos o predomínio do paradigma da guerra, com diversos mecanismos de controle e punição, inovando esses mecanismos constantemente. Os processos educacionais se assentam em obediências irrestritas, típicas do quartel militar. Nas duas possibilidades, tanto na guerra quanto no pesadelo, a razão crítica e a ação política são indesejadas, fato que nos faz pensar qual papel a escola vem assumindo na atualidade.

O filme “Pro dia nascer feliz”, por sua vez, mostra a precariedade das escolas brasileiras, passando por diversas realidades, apenas uma escola particular e algumas escolas públicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. O interessante deste filme são as falas e os pensamentos expostos tanto de alunos como de professores e diretoras, capturando a realidade das escolas.

O filme inicia com uma propaganda de 1962 que alerta, para dedicar atenção à educação, e mostra imagens da juventude “perdida”, sem ir à escola e questiona se a culpa é desta juventude transviada? Saberão escolher os representantes da pátria? Mas passa a mensagem que a culpa não são dos jovens, mas da falta de oportunidade e de estudo, para ensinar o caminho correto.

Termina esta primeira cena com dados comparativos: em 1962, apenas metade da população em idade escolar freqüentava aulas e aprendiam a ler; em 2006, 97% da população em idade escolar entra na escola, 41% não conclui a 8ª série e 50% não consegue ler ou escrever corretamente, mostrando que a exclusão continua.

Destacaremos três situações: a primeira em Duque de Caxias (RJ), que tem como protagonista um aluno problemático da escola. A segunda em Itaquaquecetuba (SP), uma escola grande e com um bonito prédio, que sofre com a falta de professores entre outros problemas normais da maioria das escolas. Por último vemos a precariedade da guerra e da violência, chegando às últimas consequências.

Na situação que se passa no interior do Rio de Janeiro, o jovem considerado mal aluno, se considera bom aluno. Diz saber a hora das brincadeiras e a hora de parar. Porém seus amigos dão risadas quando ele fala que é bom aluno, e completa: “ninguém acredita em mim, ninguém tem fé em mim, mas eu sou inteligente”.

No final do ano este aluno vai para o conselho de classe sem ter todas as notas necessárias e os professores debatem sobre seu caso. A primeira sugestão é retê-lo na oitava série, justificando que ele será um problema no Ensino Médio. A idéia de que a reprovação pode ser um castigo que lhe faça bem é recusada.

A segunda sugestão é deixá-lo com dependências (matérias que ele faria continuamente com o ano seguinte), a diretora pede que não: “Ai não! Ai não! Eu venho pedindo pelo amor de Deus, vamos diminuir as dependências, se possível vamos acabar com elas, por favor”. A terceira sugestão é aprová-lo e avisar que foi dada uma oportunidade e que ele deve melhorar. Esta foi a sugestão aceita pelo conselho.

Quando questionado se o aluno ficou surpreso com sua aprovação, ele responde que não (os colegas dão risadas), e questionado o motivo da confiança de passar, ele responde que só estava em uma matéria então teria que ser aprovado. Ainda questionado se sua aprovação foi boa ou ruim para ele, responde com firmeza, “foi bom, claro”, por último é questionado o que ele havia aprendido em história e a resposta é “nada” (resposta dada com muitas risadas). Embora sabendo que não aprendeu muito sobre o conhecimento escolar no ano letivo, considera ficar mais um ano na escola uma coisa ruim. Nesta parte identificamos mais um dos problemas das políticas públicas de educação, uma frouxidão no rigor das instituições de ensino público, na qual tudo passa com um fluxo que não pode ser interrompido, independente de todo o processo.

Por fim o aluno admite achar legal segurar uma arma no baile e já fez uso de drogas, mas que isso não sobe para sua cabeça. Deseja ocupar um alto cargo na carreira militar, termina sua participação tocando no grupo de música da escola e

gosta do grupo. O grupo o atrai por provocar maior interesse das meninas nos músicos e completa as tardes de sábado, pois seu bairro não oferece muitas opções.

Aqui a escola e os alunos sabem de todas as limitações das regras e a escola mostra em suas aulas que não atinge o interesse dos alunos. Uma das alunas confessa gostar quando os professores faltam e aproveita para ficar conversando com suas amigas. A escola é, na visão dos alunos, “um local legal, mas que infelizmente há muitas aulas”. Os choques entre professores e alunos são evidentes e esta relação afeta negativamente o aprendizado.

Na segunda situação no interior paulista, o destaque que enfocamos são as concepções da educação brasileira que alunos e as professoras desta escola têm.

A diretora comemora os resultados do ENEM da escola e quando questionada das faltas dos professores ela entende que as leis são muito frouxas para os professores e eles têm o direito de faltar sem prejudicar sua carreira. A diretora mostra entender que as faltas são por preguiça e não em virtude da situação de saúde dos professores e defende apertar ainda mais as regras sobre os educadores.

A professora (jovem) argumenta que suas faltas são por cansaço e completa dizendo que estar comprometida nesta profissão é uma carga muito grande, física e mental, mais do que o ser humano pode suportar: “Eu faço terapia, uma vez por mês. Eu tenho que ir no psiquiatra. Por que não dá”. Reclama do envolvimento e da falta de retorno dos alunos, também da realidade que o professor é visto como inimigo por eles. E completa com a falta total de comunicação entre professores, diretor e alunos.

Ainda faz uma reflexão da situação dos professores, “Estamos abandonados, sem dignidade, e com o espírito cada vez mais pobre. Todo mundo sabe dos problemas, mas ninguém faz nada”. No desabafo da professora podemos identificar as categorias que fizemos no capítulo do livro de ocorrências: incapacidade da escola, desabafo do professor, violência e marca no corpo, com um corpo doente, desesperado por ajuda e pedindo socorro.

Um aluno questiona a idéia defendida que a escola está melhorando: “As pessoas falam que a escola está melhorando, eu não acho, por exemplo em inglês desde a 5ª série aprendemos o verbo *to be* e terminando o Ensino Médio poucos sabem o verbo *to be*”. Há, aí, um reconhecimento da incapacidade da escola em

ensinar aquilo que ela se propõe, tanto os alunos como os professores sabem desta realidade e nada é feito. As propagandas do governo sobre a melhora do ensino público, já não faz tanto efeito para aqueles que pensam no assunto.

Por último, a noção de ciclo de terror, desânimo e pobreza, que a escola é refém. Uma professora ao falar da situação da escola comenta com tristeza a realidade. O ano começa, as ofensas dos alunos aos professores provocam o desânimo do professor, as aulas ficam ruins, provocando o mesmo desânimo dos alunos e as retomadas de ânimo são interrompidas pelas agressões e a escola vai indo. Uma pergunta que pretendemos retomar nas considerações finais: para onde vai a escola?

Esta situação mostra uma escola doente, todos estão doentes e o remédio ninguém acredita que virá. As tentativas de escapar são doloridas, mas parece ser o caminho a tentar atravessar. Não há uma equipe com objetivos parecidos ou ao menos um debate de quais são os objetivos da escola e quais são as estratégias para alcançar esses objetivos e a escola perde, gradativamente, o sentido de existir.

A última situação que destacamos é a da violência, a banalização da violência. Existe um prazer em praticar, em assistir, a vida perde o sentido. Só o momento é importante e a barbárie ganha *status*, mostrando que o risco de novos massacres, com várias mortes dentro e fora dos muros da escola não é nada impossível. Estamos vivendo um tempo com grande potencial para a proliferação de psicopatas e de atitudes em que a vida do outro não vale nada.

Nesta parte do filme não só a escola perde o sentido, mas a vida toda. O filme começa com meninas explicando por que brigaram e elas nem sabem mais o motivo das brigas; os alunos da escola gostam de lembrar como uma delas foi espancada, conta a cena imitando e vibrando com o ocorrido. A aluna pede transferência da escola com medo de continuar apanhando ou algo pior.

A violência segue nas escolas brasileiras e desta vez não houve tempo para a transferência, depois de uma discussão entre amigas, a ex-amiga vem para a escola para matar sua agora inimiga, e mata. Sem nenhum arrependimento diz que foi para fazer isso mesmo e fez, como tem 15 anos serão somente três anos trancadas, tempo que acredita passar rápido. Quando questionada sobre a vida da companheira de escola, ela diz: “Ela ia morrer mesmo, eu só adiantei”.

Em um pátio de escola um grupo admite que gosta de roubar, ver o rosto da vítima como uma espécie de jogo ou brincadeira. Um deles também fala que já

aprontou muito na escola, riscou o carro da diretora, subiu na caixa d'água entre outras coisas, pensa muitas vezes que está errado com seu comportamento na escola e decide mudar, mas quando a diretora o acusa sem razão, então ele faz as coisas erradas, pois já está sendo acusado mesmo. O estudo não é algo que eles acreditam melhorar o futuro e este futuro é algo que eles não procuram olhar, "Não sei se vou estar vivo amanhã?".

Em suas "brincadeiras" de roubar há uma expressão "Perdeu! Perdeu! Entrega." Aqui a vida e a escola perderam. E quando a escola chega a entrar nesta guerra, respondendo a violência com regras de conduta e controle dos corpos o enfrentamento vai acabar em: "Perdeu! Perdeu! Entrega.". Não há solução simples, mas responder com a linguagem da violência (ameaças) e medir força com quem já não têm mais nada a perder, pode ser fatal. Estes jovens também desejam ter algum sucesso, e a escola está oferecendo menos opções que o crime.

Após a observação destes dois filmes que mostram a realidade das escolas, procuraremos entender o desejo de controle dos corpos pela instituição escolar, utilizando conceitos de Bentham, Thoreau e Skinner.

A escola tornou-se um campo de batalha: alguns defendem que esta deve estar sempre preparada para ter o controle. Investigamos algumas raízes desta vontade de controle, tomando os corpos como alvo para este objetivo e aqui buscamos os elementos dos mecanismos de controle sobre os corpos.

Um dos principais percussores de tecnologias detalhadas de controle sobre os corpos e exploração detalhada de cada indivíduo foi Jeremy Bentham, com seu projeto de arquitetura com uma torre central, denominado de Panóptico. Bentham pensou e escreveu projetos para poder controlar tudo que fosse de interesse do Estado, com capacidade de vigiar a todos, a todo momento, e assim melhorar a produção.

Em seu livro construído a partir de uma série de cartas escritas no ano de 1787 na Rússia a um amigo na Inglaterra, "O Panóptico", grande sonho de Bentham dá a idéia de um novo princípio de construção que permite manter qualquer pessoa sob inspeção e ainda se justifica como plano de administração, pois potencializa resultados. Embora fale em qualquer pessoa o projeto é voltado ao controle dos pobres que passariam de problemas, como de excesso de indigentes que davam gastos ao Estado a trabalhadores de baixo custo.

O projeto também avança nos trabalhadores industriais e nos alunos: Bentham descreve a utilização dos princípios do panóptico em dez locais, iniciando nas casas penitenciárias, passando por indústrias até chegar na escola.

Já em seu prefácio a proposta é tentadora aos que desejam solucionar problemas sociais e econômicos e ainda ter controle da produtividade, dos corpos e da mente dos vigiados e desde o século XVIII o saudosismo da moral e projeto de reformá-la são identificados:

A moral reformada; a saúde preservada; a indústria revigorada; a instrução difundida; os encargos públicos aliviados; a economia assentada, como deve ser, sobre uma rocha; o nó górdio da Lei sobre os Pobres não cortado, mas desfeito – tudo por uma simples idéia de arquitetura! Tudo isso arrisquei-me a dizer ao repousar a pena; tudo isso deveria eu, talvez, ter dito ao tomar a pena, se desde o início eu tivesse visto a totalidade do caminho que se estendia diante de mim. Tratava de um novo modo de garantir o poder da mente sobre a mente, em um grau nunca antes demonstrado; e em um grau igualmente incomparável, para quem assim o desejar, de garantia contra o exagero. Esse é o mecanismo, esse é o trabalho que pode ser feito com ele. Cabe ao leitor decidir em que medida as expectativas assim suscitadas foram cumpridas. (BENTHAM, 2000, p.15)

Uma proposta tentadora foi feita por Bentham, a de poder vigiar a todos o tempo todo, e ainda garantir objetivos de saúde e produtividade. Quem se permitiria ser vigiado o tempo todo? E quem teria esse direito? Quem se permitiria provavelmente são pessoas que não teriam muitas opções (presos, empregados, alunos com autorização dos pais, pobres em casas para pobres e doentes). O terror reina, nas cabeças dos vigiados, a idéia central é fazer com que todos acreditem que estão sempre sendo vigiados e é a produtividade que garante a sua sobrevivência. Explorando as ficções criadas, “O utilitarismo não é um nominalismo: não se trata de perseguir as ficções, mas de dominá-las, porque as ficções agem” (idem, p. 102).

O **Panóptico** é elaborado em forma de cartas, escritas no final do século XVIII tratam os vigiados com uma linguagem bem direta, em nomear os vagabundos, os que compõem as massas, os mais desafortunados de capacidades e outras identificações como criminosos, preguiçosos e até faltas vivas de lógicas. Bentham propõem identificar todos, “De fato, é a nação inteira que seria preciso tatuar” (idem, p. 93). A proposta é a de identificação total, evitando escapadas,

controle com alvo nos corpos, utilitarismo (explorar o potencial de todos, por mais baixo que seja) e exterminar categorias de pessoas indesejadas. Todos devem estar inseridos em um sistema denominado “a polícia das identidades”, sendo que nenhuma pessoa pode escapar de nenhum enquadramento. Esta política de identificação tem como objetivos “Transparência geral, classificação geral, cálculo geral, utilização geral” (idem, p. 92), afirmando a repulsa pelas massas - que torna o controle pouco eficiente, por ser muito numerosa e não ter características definidas - e pelo vagabundo, pessoas a serem extintas da terra:

O vagabundo é o homem sem lugar, o nômade, é aquele que não pode ser levado em conta, rebelde ao cálculo, flutuante, freqüentador dos ambientes sombrios que lhe oferece uma sociedade que infelizmente não é panóptica em toda sua superfície. É preciso recolher os vagabundos, fazer desaparecer essas faltas vivas de lógicas. Eles serão trancafiados nas Workhouses panópticas (idem, p. 92).

Há todo um sistema de convencer os vigiados a contribuírem com as regras impostas, desde encorajá-los a serem vistos como trabalhadores (pessoas que ajudam a construção do Estado), remunerá-los pelo trabalho (chegando até a garantir o básico para a vida somente por meio do trabalho quase forçado) e colocando-lhes castigos físicos calculados como a máquina de chicotear que aplica um castigo forte, mas que não impossibilita o castigado de trabalhar no dia seguinte, sem quebrar nenhum osso.

Agora vamos nos atentar à Carta XXI do **Panóptico**, que se destina à escola e na qual Bentham descreve as vantagens da aplicação desta arquitetura na instituição. As primeiras vantagens prometidas seriam o fim das brincadeiras e qualquer coisa que distraia a atenção da tarefa de estudar. Também seria o fim da “cola” da prova, considerada corrupção do caráter dos jovens. Outra proposta é a valorização dos desafios, atribuindo desonra aos que não prestam atenção e honra ao esforço exercido.

Bentham questiona se os pais aceitariam a inspeção sobre os filhos e minimiza os críticos que poderiam sugerir uma sociedade feita de máquinas com a aparência de humanos. Porém Bentham defende que não teme essa rejeição, sua proposta de utilitarismo total produzirá um adulto perfeito e essa fase da vida será recompensada no futuro.

O autor fala, ainda, da importância do mestre e afirma que a mente do aluno é a mente de seu mestre, sugerindo que o produto desta escola de vigilância constante compensa qualquer possível desconforto. Quanto aos órfãos poderiam ser ainda mais produtivos sem os pais para atrapalhar:

...você poderá até mesmo trancafiá-las em uma casa de inspeção e fazer delas, então, o que quiser. Você nunca precisará furtar aos pais uma olhadela por detrás das cortinas a partir dos alojamentos dos mestres. Ali com a frequência que quiserem, eles podem ver seus filhos progredindo e aprendendo, se isso os satisfaz, sem interromperem as tarefas ou atrapalharem a disciplina (idem, p. 68).

Um importante fato a destacar é a vontade de produzir pessoas, não exatamente no sentido de aumentar a natalidade, mas de transformar pessoas consideradas com potencial de “vagabundos” ou “inúteis” em profissionais que a sociedade planejada venha a solicitar com a consciência de que o modelo de sociedade perfeita existe e que cada pessoa tenha uma função produtiva ao Estado, criando assim um futuro sem problemas. Esta construção só será possível se a inspeção for constante, pois o ser humano não seria capaz de produzir o máximo sabendo que não está sendo vigiado, pois a preguiça e outros defeitos seriam inerentes à maioria da população.

Embora boa parte das escolas não tenha uma torre central, percebo que é de grande desejo da equipe em confinar os alunos em menor espaço possível e com controle visual maximizado, colocando cadeados em áreas que dariam acesso a locais não vigiados. Também é grande o desejo de poder contar com grande número de inspetores. Arriscamos a afirmar que o desejo do controle de saber onde os alunos estão seja até maior que o desejo de saber qual o nível da qualidade de ensino oferecido aos alunos e também acreditando que se todas as ordens fossem obedecidas, todos seriam enquadrados nos padrões de sucesso neoliberal, com bons empregos, fariam da vida dos alunos uma glória e conseqüentemente a sua própria glória de professor, capaz de produzir pessoas aptas para o sucesso.

Essa obrigação dos professores de saber a todo o momento o local em que seus alunos estão e a vontade dos alunos de não serem vigiados, provoca um jogo de contrários. Quando não vigiado o aluno pode cometer seu comportamento indesejado, porém hoje mesmo sendo vigiado o aluno faz, o medo muitas vezes dá lugar ao confronto. E como podemos observar, muitas vezes nos livros de

ocorrências os alunos ficam dentro da sala sem realizar nenhuma atividade, desistem de lutar para sair mas não estão dispostos a produzir o que lhe mandam. O panóptico de Bentham ainda causa o desejo de muitas pessoas que controlam (administram) escolas e outras instituições, mas não atinge o utilitarismo prometido em situações de confronto declarado.

Henry Thoreau, nascido em 1817, em Massachusetts escreveu o livro **Walden ou a vida nos bosques**. As relações entre a natureza e a cultura estão no foco das reflexões deste autor. Lembramos que o filme “A sociedade dos poetas mortos”, se inspira neste livro. Observamos a apresentação de um ideal de escola e ideal de formação combinados com a inserção do prédio na natureza. Este modo de localizar a escola sugere uma relação do homem com a natureza na forma da contemplação. A natureza está aí para ser admirada a distância. Percebemos a prática de um jogo em que o processo educacional se aproximando da natureza física porém com uma certa distância da natureza do ser humano. Há sinais de repressão dos desejos e há esforços para exercer o controle total sobre os corpos. Durante o filme o professor de literatura (novo na escola) procura resgatar as expressões e inquietações dos jovens desta escola de elite, tomando o corpo como alvo, procurando romper com as amarras destes corpos presos em padrões de ética e postura. Em seus exercícios, provoca novas experiências de andar, utilizando também o esporte e a arte como potenciais de criações.

Kirk, em seu livro **A desobediência civil de Thoreau**, descreve este último como uma pessoa de personalidade difícil e irritadiça, tendo poucos amigos e supõe-se que se sentisse mais feliz sozinho. Trabalhou em uma fábrica da família, em uma escola pública, uma escola particular que abriu com seu irmão, realizou alguns trabalhos como escritor e terminou sua carreira profissional como topógrafo, que permitiu seus estudos da fauna e flora norte-americanas.

Apesar de defender a participação dos cidadãos na vida pública e negar a obediência irrestrita à lei, obedecendo antes das leis a própria consciência, Thoreau se afasta da cidade e passa a viver por um período na beira do lago Walden. Lá constrói uma pequena casa com poucos dólares e inicia uma descrição de como se pode viver na floresta, trabalhando relativamente pouco e produzindo para a subsistência.

Nesta etapa, Thoreau, descreve como podemos utilizar a natureza para produzir o necessário à vida, o domínio da natureza pelo homem, o controle

completo nas estações do ano, diversificando os sustentos que o homem pode retirar da natureza no inverno e no verão.

Thoreau apesar de falar em uma proposta de viver em contato com a natureza, deixa a mensagem que o controle sobre a natureza e sobre os desejos devem ser bem planejados. Caso isso não ocorra, assim como no filme “Sociedade dos Poetas Mortos”, o protagonista foge de uma vida próspera, dentro do jogo capitalista, planejado pela sua família e escola, para uma vida rica nas sensações, vai atrás de realizar seus desejos e no fim o contraste com a vida real é tão grande que ele não suporta e tira a própria vida, juntando-se à “sociedade dos poetas mortos”. A mensagem que entendemos é que a vida na natureza e a experimentação de um corpo vibrátil devem sempre estar alicerçadas em um controle planejado sem riscos. As sensações devem ser experimentadas a contagotas e com o controle das sensações permitidas.

A grande questão do livro é este domínio sobre a natureza que pode facilmente ser transferido ao domínio do ser humano, controle das possíveis situações e planejamento total. Seus escritos inspiraram defensores de uma sociedade planejada (controlada). Um dos principais influenciados foi Skinner, que escreveu um livro de ficção em que projeta uma sociedade do futuro, “pós-Thoreau”, com base em sua iniciativa de controle da natureza, mas com maior planejamento e vida coletiva, em que o controle da natureza e dos homens é ainda mais aperfeiçoado.

O livro de Skinner é **Walden II: uma sociedade do futuro**. Diferente do panóptico de Bentham que defendia a inspeção de todos e a reforma dos desajustados, Skinner propõe a criação de uma sociedade quase secreta no início que cresce com convidados que aceitem as regras e com a nova geração que não necessita de reformas, pois a engenharia comportamental já produziria pessoas perfeitas para esta sociedade, em que todos aceitariam passivamente pequenas frustrações de uma sociedade justa, com controle do tempo e da divisão dos trabalhos. É importante informar que o livro é construído em uma narrativa entre o diretor Fraizer e um grupo de professores e alunos de uma universidade. Fraizer tenta convencê-los da importância e dos benefícios desta sociedade, além de oferecer a possibilidade deles morarem em Walden II.

Aqui o controle vai além do visível e desde cedo são produzidos seres humanos fortes, administrando a dor nas crianças e o controle dos desejos. Algumas

coisas são consideradas impensáveis nesta sociedade, tudo funciona e não há motivos para inveja ou revolta contra o sistema:

- Eu não posso imaginar isso, - disse Fraizer, - mas sei que você pode. Você está pensando no mundo em que roupa fina é sinal de riqueza. Uma roupa esfarrapada é um sinal de pobreza ou protesto contra todo o sistema. Ambas são impensáveis aqui (SKINNER, 1972, p. 40).

Para atingir os objetivos desta sociedade com maior facilidade algumas coisas que existem no mundo real, como dinheiro e jogos competitivos (esporte de contato) são eliminados, a idéia de que o mundo vive melhor sem eles, pois estes provocam muita confusão e divergências.

Esta sociedade bem organizada proporciona uma vida com poucas horas de trabalho ao dia (geralmente 4 horas), pois sem muita burocracia e sem necessidade de acúmulos individuais as pessoas podem aproveitar o dia. Há uma recomendação que ninguém faça apenas trabalhos com o cérebro e que também se dedique atenção aos músculos. Sendo assim, os administradores e cientistas também devem realizar algumas tarefas braçais no cumprimento dos seus créditos trabalhos (dinheiro em Walden II).

Na formação das crianças os sentimentos são cuidadosamente trabalhados e envolvem situações de sacrifícios, chamadas de lições experimentais, um sistema de aborrecimentos e frustrações administrado na medida em que a criança adquire uma capacidade de ajustamento. Este sistema gera um debate sobre a necessidade real e pode ser considerado injustificável:

- Mas, por quê? - disse Castle. Por que esses aborrecimentos deliberados... para fazê-los suaves? Devo dizer que penso que você e seu amigo Simmons são realmente sádicos muito sutis.

- O Sr. Inverteu sua posição, Sr Castle - disse Fraizer, num momento de ira que apreciei. Castle referiu-se a pessoas e estava sendo desmesurada e talvez intencionalmente obtuso. - Ainda a pouco você me acusou de alimentar uma raça de molengas, continuou Fraizer. Agora diz que eu estou endurecendo. Mas o que você não entende é que essas situações, potencialmente desagradáveis, nunca são realmente aborrecidas. Nossos esquemas asseguram isso. Você não poderia entender, entretanto, porque não está tão adiantado como nossas crianças.

Castle escureceu.

- Mas o que suas crianças conseguem com isso? - insistiu ele, aparentemente tentando tirar alguma vantagem da ira de Fraizer.

- O que elas conseguem com isso? Exclamou Fraizer com uma espécie de menosprezo incontido. Seus lábios se apertaram e ele abaixou a cabeça para olhar seus dedos que amassavam um talo de grama.
- Elas devem conseguir felicidade, liberdade e força – disse eu, colocando-me numa posição ridícula, tentando restabelecer a paz.
- Elas não me parecem felizes ou livres, de pé diante da terrina da “Sopa Proibida” – disse Castle, respondendo-me entre parêntesis, enquanto continuava a encarar Fraizer.
- Se devo soletrá-lo – começou Fraizer com um profundo suspiro – o que elas conseguem é superar as pequenas emoções que ocorrem nos corações dos desesperados. Elas obtêm satisfação, prazeres e proveitosas relações sociais numa escala nunca sonhada no mundo lá fora. Adquirem um incomensurável aumento da eficiência, porque podem se dedicar a um trabalho sem sofrer as dores e as penas que cedo assaltam a maioria de nós outros. Adquirem novos horizontes, pois estão livres das emoções características da frustração e do fracasso. Elas conseguem... – seus olhos procuravam os ramos das árvores. – É suficiente? – perguntou finalmente (idem, p. 113-114).

Não permitir acaso ou acidentes é um dos trabalhos dos administradores, tudo é planejado, até os casamentos quando os perfis não são adequados o administrador aconselha a não casar. O casamento é encorajado por volta dos dezesseis anos, os filhos dos jovens casais são desejados para aumentar a população desta sociedade e desde muito cedo são criados por um sistema organizado, que evita a adulação dos pais e facilita a vida em grupo. E quando questionado da falta de afeto dos pais, Fraizer responde que na maternidade vários adultos dão afeto, na medida certa. Sobre os filhos há mais uma instrução: “Nossa gente casará quando e com quem quiser, mas terá os filhos de acordo com um plano genético” (idem, p. 146).

A sociedade do futuro é composta por pessoas do presente que ainda precisam deixar velhos costumes e pensamentos inadequados, então há todo um trabalho experimental para tornar eficiente a sociedade. A solução para todos os males é a engenharia comportamental adequada, em que crianças passam pelo sistema e os adultos precisam se converter. Esta sociedade possui seus códigos que funcionam como lembretes até que o bom comportamento se torne habitual. Uma das regras do código é que ele pode ser discutido com os administradores e planejadores, mas não com o público, evitando assim que as pessoas acreditem que têm o direito de modificá-lo, cabendo apenas aos planejadores esta função e firmando a idéia que cada pessoa tem a sua função.

O projeto da sociedade do futuro é baseado na construção de um governo que utilize a engenharia comportamental, sem poder avançar no anarquismo que coloca demasiada fé na natureza humana. A idéia é a de que não podemos deixar a natureza ao acaso, devemos controlá-la, inclusive a natureza humana. “Mas temos fé no nosso poder de mudar o comportamento humano. Nós podemos construir o homem adequado para viver em grupo” (idem, p.199).

O criador da sociedade admite que seu trabalho é brincar de Deus, criando um mundo perfeito. Porém reconhece não pertencer a esse mundo dos perfeitos, mas sendo o criador desta sociedade. Não aceitaria nenhum criminoso real, pois não quer ter a função de reformatório.

Esta é uma breve comparação com a escola, que morre de medo de receber alunos que já passaram por reformatórios, sempre que os alunos não atingem os objetivos desejados culpa a sociedade e/ou os pais dos alunos. “Também com uma família desta, vai fazer o quê?”, como se os alunos ficassem sob o controle de uma família planejada e da escola, ao mesmo tempo as garantias de sucesso seriam atingidas.

Voltando ao livro da sociedade do futuro, a receita está dada, controlar os desejos, os motivos, as vontades e administrar as frustrações. Além de dividir a população muito bem, pois o povo não está em condições de avaliar especialista. O desejo de manipular um grupo vai além dos próprios objetivos: “Não há virtude no acidente. Vamos controlar a vida de nossas crianças e ver o que podemos fazer delas” (idem. p. 289).

Apontamos alguns dos autores que fortalecem o eixo do controle sobre os corpos, todos presos na idéia de reformar ou reconstruir uma sociedade, partindo de soluções e controle elaborada por poucas pessoas e descrença na humanidade, sendo a sociedade algo que necessita de controle e vigilância, para seu próprio bem. A escola contemporânea embarca muitas vezes (lembrando que a escola não é homogênea e lugar de disputa política), nestas questões de salvadora, dona de verdades absolutas e julga os alunos incapazes de participar na construção de seu próprio conhecimento. Alguns educadores embarcam na defesa de controlar a vida dos seus educandos para salvá-los, tentando não permitir o acesso deles no caminho ruim, se tornando o(a) próprio(a) messias, evitando o porvir e planejando o futuro.

Para contrapor o eixo do controle, o eixo da emancipação traz propostas de novas formas de conhecimento, mais solidárias, construindo com maior participação política e abertura para a razão crítica. Trabalhamos com as propostas de Santos (2002), e tentamos avançar em uma outra forma de comunicação possível entre ciência e sociedade, além dos cuidados com a vida do outro e com o futuro. Aproveitando as experiências já existentes, assim como o próprio título do livro diz, “contra o desperdício da experiência” tentamos construir uma outra forma de relação dentro e fora da escola.

Mudanças desta grandeza são muito difíceis de serem realizadas, pois são contrárias ao poder hegemônico instaurado, portanto, movimentos de contra-cultura, não contra toda uma cultura de uma sociedade, mas contra toda uma cultura capitalista vigente: individualista e consumista. Os desafios são enormes e devemos juntar experiências no sentido de um mundo mais solidário e prudente, sem poder desperdiçar experiências que já avançaram na construção coletiva de conhecimento e alternativas para uma vida mais justa para todos.

Santos (2002) avança com sua proposta de um novo senso comum, analisando a ciência, o direito e a política na transição paradigmática entre a modernidade e a pós-modernidade. Um dos grandes entraves descritos por Santos é a não-comunicação do senso comum (saber popular) e o saber científico, uma dupla aversão:

A distinção entre ciência e senso comum pode ser feita tanto a partir da ciência como do senso comum, mas o sentido é diferente em cada um dos casos. Quando é feita pela ciência, significa distinguir entre conhecimento objetivo e mera opinião ou preconceito. Quando é feita pelo senso comum, significa distinguir entre um conhecimento incompreensível e prodigioso e um conhecimento óbvio e obviamente útil. (SANTOS, 2002, p. 107)

A necessidade de mudança nesta lógica é imediata, pois nesta situação, o conhecimento ficará cada vez mais restrito, sem acesso e não chegando a fazer parte da vida da sociedade. Um “conhecimento de gavetas” guardado que só contabiliza pontos em plataformas classificatórias. Assim como a ciência deve romper paradigmas sobre seus preconceitos sobre o senso comum, o próprio senso comum também deve estar aberto a propostas novas e ao debate, não ser tão conservador e não negar as tecnologias, mas ser participativo com uma nova noção

política. Para este novo senso comum emancipatório, “um conhecimento prudente para uma vida decente”, proposto por Santos, emergir, precisa avançar em um novo senso comum ético, político e estético.

O novo senso comum ético está pautado na solidariedade e na responsabilidade pelo futuro e pelo o outro, tentado romper com a noção individualizada de direitos e deveres, e com a lógica de que só tem direitos aqueles que possuem deveres. A noção de progresso não pode estar acima de qualquer coisa, a preocupação com cada indivíduo, comunidade, natureza, etc, deve ser constante, todos devem estar atentos a tudo que compromete o futuro e o outro:

O risco de colonialismo surge, assim, numa nova escala e o mesmo sucede com as oportunidades para a solidariedade. O novo princípio da responsabilidade reside na Sorge, na preocupação ou cuidado que nos coloca no centro de tudo o que acontece e nos torna responsável pelo o outro, seja ele um ser humano, um grupo social, a natureza, etc.; este outro inscreve-se simultaneamente na nossa contemporaneidade e no futuro cuja possibilidade de existência temos de garantir no presente. A nova ética não é antropocêntrica, nem individualista, nem busca apenas a responsabilidade pelas consequências imediatas. É uma responsabilidade pelo futuro.
(idem, p.111-112)

Um novo senso comum político embasado na participação, não apenas em participações esporádicas e representativas de nossa sociedade dita democrática, a participação política dos cidadãos não podem estar restritas em escolher seus representantes, deve fazer parte de seu cotidiano. Entendendo que todas as formas de poder são políticas, e que a participação é além de um direito também um dever, somente com a participação coletiva nas escolhas relevantes a vida as pessoas poderão ter liberdade. Mas não podemos nos iludir com manobras que reúnem as pessoas para comunicar as decisões que já foram tomadas e com ares de gestão participava. Este novo senso comum político também deve estar atento ao fim dos monopólios de interpretação, as interpretações não devem ser renunciadas mas debatidas.

A idéia de que a política apenas diz respeito ao espaço da cidadania é um dos principais *topoi* do discurso político moderno. As ciências sociais modernas, e as suas aplicações às políticas públicas e à popularização científica, contribuíram para consolidar este *topos* como premissa essencial do senso comum político moderno. À novíssima retórica emancipatória compete contestar esta premissa e rebater a idéia restrita de política até que esta deixe de ser premissa e passe a objeto de argumentação. De todas as tarefas que cabe à

novíssima retórica, esta é, a meu ver, a mais problemática, visto que as forças que defendem a renúncia à interpretação têm, neste domínio, um grande poder argumentativo que é apoiado pela política convencional, pelos meios de comunicação social e pelo consumo de massas. (idem, p. 114)

Um grande desafio é convencer quem acredita ter o poder de tomada de decisões a compartilhar de fato as decisões. Esta tarefa é ainda mais complicada na escola pois algumas pessoas acreditam que somente seguindo suas ordens os resultados serão bons, acreditam ter o poder de produzir seres capazes de formar a sociedade ideal ou a mais próxima da ideal. Esta é a idéia de que quase a totalidade das pessoas não pode contribuir, pois todos estão desprovidos das capacidades que os especialistas possuem, realizando apenas as tarefas determinadas pelos especialistas, uma população inteira sem o direito de participar das decisões, cabendo esta tarefa a uma parcela ínfima de superiores.

Um novo senso comum estético busca o re-encanto e o prazer como a marca desta estética. A ciência moderna com todos os seus conceitos frios defende que devem ser retiradas as sensações de: prazer, paixão, emoção, estilo, biografia, entre outras, na tentativa de garantir um dualismo sujeito/ objeto. O distanciamento do pesquisador é visto como qualidade, dando espaço para um estranho universo de pesquisadores que estudam o comportamento humano observando outros animais. Já o prazer na modernidade está preso no consumismo e na arte, porém a arte é entendida como fora do mundo real, paralelo do real, tendo que ficar claro que você pode viver uma grande gama de sensações na arte, porém deve voltar ao mundo real. Um mundo em que todos são impotentes de transformar, desencantado.

O novo senso comum estético busca o caminho inverso, valorizando as emoções e o prazer, tendo na pesquisa um espaço para o estudo de suas paixões e a aproximação como forma de compreender o real, mesmo de uma realidade nova e desconhecida, a proximidade pode conduzir ao re-encantamento do mundo. O prazer não necessariamente ligado ao consumo, reencontrar o prazer nas ações do cotidiano e a arte como constante na vida, o útil e o belo inseparáveis e a vida como obra de arte.

...Se não se lhes contrapuser uma nova experiência estética, estes dualismos irão boicotar, de forma mais ou menos sub-reptícia, o anti-funcionalismo e o anti-instrumentalismo que se esperam de um conhecimento emancipatório. Haverá, então, que agir, não pela via cômoda da esteticização da brutalidade do presente, mas pela via estrénuo do reencantamento de tudo que possa impedir o mundo de

cair no futuro “clónico” que o utopismo automático da tecnologia lhe reservou. Por outras palavras, haverá de agir através do reencantamento das práticas sociais locais-globais e imediatas-diferidas que plausivelmente possam conduzir do colonialismo à solidariedade. (idem, p. 116)

CAPÍTULO TRÊS

A EMERGÊNCIA DE UMA CULTURA POLICIAL

Pretendemos aqui investigar a emergência de uma cultura policial, em que consiste esta cultura policial forjada no interior das escolas por meio do controle sobre os corpos e com a colaboração dos educadores, e como podemos discutir os desdobramentos políticos deste fato, ao encontrarmos tanto a escola quanto os educadores reféns de uma dinâmica perversa do poder.

Embora nos discursos o Proerd seja um programa em que as escolas podem optar por participar, na prática ninguém pretende dizer não à polícia, nem prefeitos e nem diretores. Esta seria uma questão de invasão contra a vontade das escolas, porém não é esta a realidade da maioria das escolas que tive a oportunidade de questionar ou pressentir. Este programa que coloca o policial fardado para dar lições aos alunos é desejado, tanto pela presença muitas vezes agradável de um policial, pela sensação de segurança que ele oferece e até como mais um recurso na tentativa de intimidar os alunos desobedientes e até os “ladrõezinhos”. A escola e sua equipe parecem não saber mais o que fazer para cumprir tudo o que a sociedade e o Estado lhe cobra, e qualquer promessa de solução, podendo vir até do céu, pois, como pude perceber, o “Pai Nosso” volta a ser rezado em algumas escolas na hora da entrada, todos os dias.

Há uma idéia de ser necessário acalmar estes alunos, na atualidade, para que eles tenham condições de ficarem parados na sala, o uso de drogas (remédios) neste sentido de acalmar, é cada vez maior. O estudo necessita de concentração, mas é difícil concentrar em algo que não lhes faz sentido e não respondem às suas inquietações no desafio de viver. A ciência deveria agir neste caminho e ajudar a escola a “fazer sentido”.

Uma das brincadeiras que representam a situação de guerra da escola é quando o professor recebe o calendário e começa a contar os feriados – inicia, assim, a contagem regressiva dos duzentos dias letivos. No início é só uma brincadeira, mas logo que o ano começa e os confrontos de disputa de autoridade, ou podemos dizer as atitudes de polícia (que coloca cada pessoa em seu devido lugar e com sua função), ganham força, a guerra começa. O aluno pensa “lá vem aquele professor” e o professor “vou à classe daqueles alunos”, todos já estão

tensos e querendo alguma ajuda. O aluno se refugia no anonimato ou na revolta e o professor nos mecanismos de controle, desabafando sempre que pode.

Sobre a autoridade do professor ou a falta dela, precisamos refletir sua importância em uma escola moderna. Se a autoridade não faz uso da violência e nem de argumentações, mas sim da obediência à hierarquia, qual seria, de fato, sua importância na formação de cidadãos críticos? Não podemos aceitar que as decisões não sejam pautadas na argumentação e o que a escola chama de respeito à autoridade do professor seguida de ameaças, não é mais autoridade, passando a ser intimidação ou combinados de tolerância, utilizando um poder policial ou como denominamos uma cultura policialesca.

Visto que a autoridade sempre exige obediência ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Contra a ordem igualitária de persuasão ergue-se a ordem autoritária, que é sempre hierárquica. Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos. (A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado.) (ARENDR, 2009, p. 129).

Ainda sobre a busca por uma relação de autoridade pretendida pela escola, há uma busca por ser inquestionável, uma obediência cega. Para a escola manter um sistema de respeito à autoridade é necessário construir uma organização hierárquica, na qual todos tenham compromentimentos, mesmo a maioria (os alunos) sendo a base da pirâmide, sempre tendo que acatar as decisões, e, no topo, a direção. Não há espaço para igualdade, as relações hierárquicas devem ser claras, uma obediência irrestrita a todas as indicações que vem de cima.

Como imagem para o governo autoritário, proponho a forma de pirâmide, bem conhecida no pensamento político tradicional. A pirâmide, com efeito, é uma imagem particularmente ajustada a uma estrutura governamental cuja a fonte de autoridade jaz externa a si mesma, porém cuja sede de poder se localiza em seu topo, do qual a autoridade e o poder se filtram para a base de maneira tal que cada camada consecutiva possua alguma autoridade, embora

mesmo que a imediatamente superior, e onde, precisamente devido a esse cuidadoso processo de filtragem, todos os níveis, desde o topo até base, não apenas se acham firmemente integrados no topo mas se inter-relacionam como raios convergentes cujo ponto focal comum é o topo da pirâmide, bem como a fonte transcendente de autoridade acima dela (Idem, p. 135).

Mais uma vez a escola busca sustentação em práticas que nos remetem a lembrar algumas religiões, pois quando algo não pode ser explicado ou a explicação não seria de fácil compreensão a resposta concentra na vontade do superior e deve ser acatada.

O sistema de pirâmide atrai a simpatia de muitos que teoricamente estão no topo e daqueles que tentam se ligar aos que estão no topo ou na camada superior, conquistando degraus a mais na pirâmide. Porém esta obediência à hierarquia não está segura e portanto o risco de desestruturar esta construção é constante. Como não há uma obediência “natural” a escola parte para as ameaças e o autoritarismo, com punições que variam de uma instituição para outra. Assim como todo controle gera um contra-controle as ameaças podem gerar situações de contra-ameaças, ou seja, alguém pode questionar ou denunciar que está sofrendo ameaças e mesmo os que ameaçam e amedrontam a todos (estes passam a serem ameaçados também).

Há uma busca pela estrutura da pirâmide, mas com o auxílio da violência para fazê-la funcionar. Com isto, uma cultura policial emerge, tentando deixar explícito quem manda na escola. Os corpos são os alvos do controle, é preciso explicar sempre aonde vai e qual motivo, tornando-os úteis e dóceis, procurando controlar uma série de eventos e prevenindo perigos internos. Com os alunos perdendo o medo das ameaças e entrando em confronto com o sistema autoritário a escola busca incessantemente novas formas de controle: livros de ocorrências, polícia na escola, proibições variadas, controle de circulação na escola, castigos para a sala, etc. Todo este controle evidencia o terror interno, o medo de perder o poder que ainda resta, além do medo da insegurança.

Outro fator que reforça esta cultura policial é a vontade de “brincar de Deus”, termo utilizado por Skinner, quando assume que manipula todas as ações de sua sociedade; Bentham também assume que seu grande desejo é ser o inspetor mor e assim controlar a vida de todos. Posso afirmar o desejo de muitos educadores em querer controlar a vida de seus educandos com a promessa dos estudos gerando prosperidade financeira e também a descrença nos alunos pertencentes a uma

família desestruturada (com histórico de prisões e pobreza), profecias de prisões e emprego mal remunerados. Há um desejo em que o aluno viva uma vida projetada pelos educadores, uma crença de caminho melhor.

Por outro lado a confissão dos alunos ou a descoberta dos acontecimentos torna a sala dos professores e os HTPCs em verdadeiros espaços de fofocas da vida dos alunos, com quem andam ou namoram (assunto preferido), se roubam, se usam drogas e outros assuntos. O mais triste que quase sempre é um olhar pejorativo, sem perspectivas boas para alguns alunos e uma quase constatação que com estes não adianta fazer mais nada. Não há cuidado com a vida dos alunos, além de uma série de enquadramentos (classificação geral) uma política das identidades, conciliando com tratamentos diferenciados entre os alunos, com maior ou menor preconceitos.

Em seu livro *Em defesa da sociedade* (2000), Foucault descreve o racismo, primeiramente, como meio possível de introduzir nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (Foucault, 2000, p. 304). Fragmentar, efetuar uma cisão no interior de um contínuo biológico, ao qual, afinal, se dirige o biopoder.

De outro lado, a segunda função do racismo terá “como papel permitir uma relação positiva, se vocês quiserem, do tipo: ‘Quanto mais você matar, mais você fará morrer, mais, por isso, você viverá’” (Foucault, 2000, p. 305). Do ponto de vista biológico, tais sentenças tem a lógica de que a morte de seres inferiores vai deixar a vida em geral mais sadia e pura. Atualmente, poderíamos pensar que a morte de uns aumentaria a qualidade de vida de outros. Afinal de contas, não é sobre o viver, sobre a qualidade dessa vida, que o biopoder se incumbe?

(RODRIGUES, 2009, p. 59)

Parece exagero quando falamos em “deixar morrer”. Rodrigues trabalha a realidade dos morros da cidade do Rio de Janeiro, constata em seu livro que as ações penais ganham mais notoriedade e espaços do que as ações sociais. Mas a escola quando ignora os problemas dos alunos e até fica feliz quando determinados alunos não apareceram mais ou quando o conselho de escola expulsa um aluno, não está deixando morrer também? As vidas de alguns são consideradas não necessárias e seria melhor sem elas. Para alguns há o controle da vida em seus detalhes e para outros o vigiar constante para ter certeza das suas ações.

Uma cena comum nas escolas é quando algo fora das regras acontece e o professor e/ou diretor dá a bronca nos alunos e termina com a frase “vocês serão o

quê?” Mais uma vez aparece a noção de cumprir as regras para garantir um futuro melhor. Essa idéia é a base do curso PROERD, seguida do ditado popular “diga com quem tu andas que te direis quem és”. A frase subliminar é “Siga o caminho que eu aponto e tudo dará certo, segue outros caminhos e se arrependerá no futuro”. A escola segue a tentação de criar uma micro-sociedade que dá certo, e o orgulho de dizer “Na minha escola funciona” e para ter este orgulho no futuro utiliza-se de controle e manipulações de todos os movimentos.

Mais uma vez destaco que a escola não é uma instituição homogênea e que os conflitos e debates são constantes e controle e liberdade disputam espaços. Nem todas as ações para controlar conseguem ter sucesso, importante destacar aqui o conflito entre quem tenta controlar e quem tenta não ser controlado. Não temos uma relação firme de acordos, faz parte do enfrentamento tentar fugir, o aluno não tem a certeza da importância de ficar tanto tempo na sala, principalmente quando não entende o conteúdo ou quando termina as atividades mais cedo, então, cabe a ele ser capaz de conseguir sair um pouco sem ser punido, muitas vezes é pego e punido. É um jogo de gato e rato, uma guerra em que as tropas se defendem, estando os professores (ou parte deles) aliados da direção e funcionários e os alunos que enfrentam só os inimigos ou em grupos, alguns alunos são conquistados para fazer parte do controle e da punição, delatando os colegas, em defesa de uma escola melhor, mais segura e que trará um futuro melhor.

Quais serão os desdobramentos políticos de uma escola pautada na estrutura autoritária da pirâmide e forjada no autoritarismo de ameaças? Qual a função da escola sem conseguir manter comunicação com seus alunos? A escola vem adotando uma política de transmissão de conteúdos aliada a tecnologias de controle, ambas não baseadas no diálogo. Um clima tenso faz parte da vida escolar, o riso é um fator considerado ameaça de articulações, o brincar passa a ser desrespeito e perda de tempo e a seriedade (silêncio) e a obediência (disciplina) são valores admirados. Um acontecimento me chamou a atenção: no início do dia letivo os alunos das quintas e sétimas séries formaram a fila e antes de rezar o “pai nosso” a diretora ficou no palco caçando com seu olhar quem conversava ou apoiava-se na parede. Naquele momento, um aluno não segurou e deu uma risada, foi intimado a ir ao palco (recebeu uma vaia de todos os outros alunos) e ficou ao lado da diretora para que todos o vissem. Larrosa, em seus escritos, alerta sobre a falta do riso na escola e faz uma suposição que o riso está quase proibido:

Talvez meu objetivo principal em falar do riso seja a convicção de que o riso está proibido, ou pelo menos bastante ignorado, no campo pedagógico. E sempre pode ser interessante pensar um pouco por que um campo proíbe ou ignora. São as proibições e as omissões que melhor podem dar conta da estrutura de um campo, das regras que o constituem, da sua gramática profunda. Que acontece, então, na Pedagogia, para que se ria tão pouco? Eu tenho duas hipóteses. A primeira é que, na Pedagogia, moraliza-se demasiadamente. E o discurso moralizante tem um tom grave, sério, um certo tom patético. A segunda hipótese é que o campo pedagógico é um campo constituído sobre um incurável otimismo. E o riso está sempre associado a uma certa tristeza, a uma certa melancolia, a um certo despreendimento. O pedagogo é um moralista otimista; um crente, em suma. E sempre custa, a um crente, estabelecer uma distância irônica sobre si mesmo. (LARROSA, 2003, p.171)

Outro fator importante é o excesso de moralismo, deixando a escola carregada com o dever de estudar sem poder brincar e quase sem poder “errar”. Uma lógica do bom aluno (corpo dócil) e da boa aula (silenciosa) respaldada nesta moralização, pois sempre que o barulho aparece logo alguém vem verificar o que está acontecendo e a pergunta “O que é isso?” ou “O que está acontecendo aqui?” e depois a afirmação “Aqui é uma escola!”.

Se o estudar é o caminho para o futuro promissor e o brincar é o futuro para o caminho desastroso, logo aqueles alunos que brincam ou fazem coisas “erradas” com maior frequência não terão um bom futuro. As profecias negativas circulam e com elas a descrença de alguns adolescentes em seu potencial e sem acreditar em nenhum futuro o estudo se torna inútil.

Mesmo quase proibidos o riso e as brincadeiras estão presentes na escola, porém não no planejamento das aulas, estão na relação dos alunos, no intervalo, na entrada e saída e muitas vezes durante a aula (irritando os professores). Estes são indícios que o controle não tem sucesso total e que há uma relação de tentar escapar destes responsáveis pelo vigiar.

Um desdobramento político da relação controle e contra-controle é a medição de forças (enfrentamento) e como consequência a não confiança e não comunicação entre alunos e professores-direção, pois se o professor não tem a confiança dos alunos estes buscarão respostas à suas inquietações somente fora da escola (aula, educadores). Como podemos acreditar em uma escola estruturada no terror e na não comunicação entre educando - educador? Em busca de uma teórica

ordem a escola vem tornando-se mecânica no sentido de que cada pessoa faz parte de uma engrenagem e deve produzir um fluxo, tendo a escola tarefa de manter o fluxo, os sujeitos são caracterizados pela sua produção e não pela sua individualidade, se as escolas devem transmitir uma quantidade de conteúdos apostilados para todo de forma homogeneia tudo que dificulta este fluxo deve ser eliminados, entre eles as subjetividades, o brincar e tudo que possa fugir do planejado (regulado / controlado).

Ao conceber o mundo formado por máquinas, Deleuze e Guattari rejeitam qualquer distinção entre sujeito e objeto, entre cultura e natureza, entre interioridade e exterioridade. Diferentemente da subjetividade da “teoria do sujeito”, as máquinas de Deleuze e Guattari não são caracterizadas pelo que são, mas pelo que fazem. (SILVA, 2000, p.17)

Quando a escola se nega a enfrentar o caos de sair de sua aula programada, planejada e apostilada e busca impor a ordem pré-estabelecida, optando pelo conhecimento-regulação, pressupõe que o professor tem como tarefa a transição da ignorância dos alunos ao saber dos formados. Essa arrogância distancia a equipe escolar dos alunos. Santos nos ajuda a compreender a diferença entre conhecimento-regulação e conhecimento-emancipação e como o primeiro tem prevalecido sobre o segundo.

O conhecimento-emancipação é uma trajetória entre um estado de ignorância que designo por colonialismo e um estado de saber que designo por solidariedade. O conhecimento-regulação é uma trajetória entre um estado de ignorância que designo por caos e um estado de saber que designo por ordem. Se o primeiro modelo de conhecimento progride do colonialismo para a solidariedade, o segundo progride do caos para a ordem. Nos termos do paradigma da modernidade, a vinculação recíproca entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação implica que estes dois modelos de conhecimento se articulam em equilíbrio dinâmico...Vimos, porém que nos últimos duzentos anos a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia se foi impondo às demais. Com isto, o conhecimento-regulação conquistou a primazia sobre o conhecimento-emancipação: a ordem transformou-se na forma hegemônica de saber e o caos na forma hegemônica de ignorância. Este desequilíbrio a favor do conhecimento-regulação permitiu a este último recodificar nos seus próprios termos o conhecimento-emancipação. Assim, o estado de saber no conhecimento-emancipação passou a estado de ignorância no conhecimento-regulação (a solidariedade foi recodificada como caos) e, inversamente, a ignorância no conhecimento-emancipação passou a

estado de saber no conhecimento-regulação (o colonialismo foi recodificado como ordem). (SANTOS, 2002, p. 78-79)

A escola deveria inverter esta lógica e estar disposta a encarar o porvir. Entendo que fora da ordem o conhecimento pode e deve se trabalhar com direção à solidariedade e que a colonização reflete em uma ordem não desejada, uma ordem acrítica. E entender que está tentativa de colonizar não tem mais espaço no mundo em que as informações circulam com uma velocidade incrível enquanto que a escola caminha a passos lentos, conseguindo trabalhar com a multiplicidade. Por fim, enfrentar o desafio de destruir o esquema de poder da pirâmide e conviver com em uma relação horizontal, entender a igualdade entre os sujeitos da escola como algo positivo e a homogeneização dos alunos como não possível e não desejável, fazendo emergir um conhecimento-emancipação e um novo encantamento com a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçamos um percurso de investigação do controle sobre os corpos na escola, analisando as anotações dos livros de ocorrências e também um programa educacional da polícia militar dentro da escola (PROERD). Para compreender o funcionamento do controle baseamos-nos em Foucault. Percorremos também uma parte do trajeto no qual o autor se inspirou, fazendo nossas leituras de Bentham, Thoreau e Skinner. Também trouxemos para a discussão uma proposta de emancipação em que Santos aponta um conhecimento possível na direção a um conhecimento solidário, reinventado uma nova formação ética, estética e política. Depois tentamos entender os mecanismos e técnicas, na tentativa de sustentar um controle cada vez mais difícil em uma sociedade pós-moderna sem referências e com o fim da noção de autoridade. Por último buscamos em Dufour identificar o processo de produção do sujeito pós-moderno para entender sua falta de referências. Nesta “fabricação” dos novos sujeitos há uma destruição do sujeito kantiano, aquele capaz de usar do conhecimento e da crítica para vencer mecanismos sociais de tirania. Há também uma destruição do sujeito freudiano, o sujeito da neurose, aquele capaz de colocar limites na realização dos seus desejos. Diante deste processo de produção de novos sujeitos para se adequarem ao modelo neoliberal de organização da sociedade cabe perguntar sobre o papel que a escola está assumindo. A escola prepara os educandos para serem estes sujeitos totalmente entregues ao consumo? Há sinais de desenvolvimento de um processo educacional em prol do neoliberalismo fortalecido com o discurso do deixar tudo passar. Parece que alguns professores, ancorados em concepções consideradas como pós-modernas colaboram para que a escola não forme nada, não cumpra o seu papel com a geração que chega.

Durante todo o trabalho as minhas inquietações relacionadas com a emergência de uma cultura policial e de uma mentalidade policialesca observada no interior da escola foram evidenciadas e com elas os desdobramentos de uma escola pública doente, tanto professores como alunos e sem conseguir manter um diálogo construtivo. Sem a razão crítica para sustentar um debate e uma atuação política, a escola vem colaborando com uma sociedade que não pensa ou não faz de seus pensamentos uma construção coletiva para uma vida social melhor, as individualidades não são consideradas e as ações individualistas predominam tanto

na escola como fora. Há um confronto entre o conhecimento escolar e o saber popular dos alunos (quando esse existe, pois as relações familiares também não estão dando conta de transmitir sua cultura) e nenhum tenta a aproximação do outro, e este não é o único confronto da escola, há também os confrontos dos que vigiam e os vigiados, escancarando a relação ruim entre professores e alunos.

Como a dificuldade do controle é a cada ano mais inatingível, as técnicas e a própria polícia militar entram com força no cotidiano escolar: a existência de livros de ocorrências, o ato de fechar espaços (deixando os alunos em verdadeiros currais), o controle visual em locais estratégicos e o mais perigoso é sua aproximação com um falso afeto tentando controlar toda a vida dos alunos. Ora essa aproximação se dá por um caráter messiânico, “vem no meu caminho, que eu vou te mostrar a verdade e te salvar dos perigos da vida”, ora sobre as ameaças, “vai por esse caminho que você vai ver o que vai acontecer com você!” ou “estou esperto com você!”. Nessas duas formas de controle, messiânico ou pela ameaça, há uma concepção da necessidade de controlar esses alunos que possivelmente serão criminosos. A escola se torna uma grande área de vigilância, tentando sempre aumentar o controle e as penas, para tentar fugir de um mal ainda pior, o da violência generalizada, mas o afastamento professor - alunos só potencializam esse risco, como um dos mestres que tive oportunidade de conhecer na universidade diz: “O professor tem que parar de brincar de ser professor e assumir seu papel.” Essa responsabilidade na introdução dos alunos na cultura, por mais que estes tentem alegar que já estão preparados, pois tem muitas horas na frente da televisão e computadores, não pode ser deixado de lado.

Sobre os aspectos de punição o Estado adota cada vez mais as penas legais e menos os programas sociais. Rodrigues (2009) alerta sobre a política de o Estado estar cada vez mais voltada para penalizar (prender) e como consequência identificar as áreas de risco e a população com potencial para o crime (pobres e negros). Além de contribuir na compreensão da importância de analisar o sistema neoliberal como responsável na implantação do controle em toda a sociedade, Rodrigues, colabora na compreensão de uma antiga inquietação: “Por que os próprios alunos fazem tanta questão de os colegas serem punidos? Quase obrigando o professor a tomar providências punitivas.”. Esse tem sido um reflexo do nosso sistema de Estado e mídia que idolatra aquele que faz “justiça”, sendo o justo as pessoas de “bem” não terem que conviver com as pessoas “más”, gerando um

perigoso racismo contra todos que não se encontram incorporados no sistema produtivo para a sociedade, além do risco de produção de assassinos em nome de “justiça”.

O incremento do Estado-penal tem como consequência imediata o alargamento do alcance e da intensidade da punição, ao mesmo tempo, que as políticas sociais sofrem um movimento inverso. (RODRIGUES, 2009, p.46)

Podemos avançar nos desdobramentos do Estado-penal ligando-o à escola, pois esta também busca criar estratégias para controlar e punir os alunos, além de indicar grupos de risco à criminalidade ou a contravenções. Porém todos estão na mira das punições: professores, funcionários e até diretores.

As estratégias de controle que atuam sobre o brincar e sobre as relações de amizade construídas dentro da escola não dão conta de capturar tudo e uma relação com o brincar e o prazer dos alunos nas aulas, saberes populares sendo considerados, e saídas para conflitos sem passar pela punição também ocorrem, porém poucas vezes construímos esta relação na vida escolar. Tudo isso prova que um outro conhecimento é possível com outra forma de relacionamento, mas estas exceções devem ser mais constantes e a “guerra” e o “terror” que a escola vive não seja dada como inalterável. Lembro de um pensamento de Paulo Freire que dizia “O mundo não é, o mundo está sendo”, mas para que a mudança ocorra há muito trabalho sério a ser feito. Uma mudança estrutural tanto na forma de produção e consumo, como na forma de se relacionar em sociedade e com o planeta, tendo a escola e a ciência a função de um re-encantamento dos conhecimentos, aproximando a ciência da sociedade. Além de colaborar com a angústia pós-moderna, o sujeito que perdeu todas suas referências e está carente, busca nas mais variáveis alguma identificação.

Os atos extremos hoje observados nos adolescentes de todas as sociedades pós-modernas me parecem combinar essas possibilidades de substituição do Outro em proporção variável: no extremo, pode-se ser membro de uma gangue, adicto a tal ou qual produto, seguir de uma seita e sujeito à extrema violência. Passagens intempestivas da pequena delinquência à adição, ao fanatismo religioso ou à hiperviolência não param doravante de se observar nos novos sujeitos do mundo pós-moderno às voltas com a falta do Outro. (DUFOR, 2005, p.114)

Tentamos compreender as características do sujeito pós-moderno, produzido para o sistema neoliberal, um sujeito como mercadoria, em que os jovens estão perdidos, mais do que perdidos, eles estão abandonados, recusando os valores simbólicos do passado que resulta em uma dessimbolização do mundo. A busca para realizar seus desejos volta-se para as mercadorias, fazendo do mercado um novo grande Sujeito, antes ocupado pela religião, política, rei, etc. “Apresenta-se a necessidade de submissão ao Mercado como uma injunção à qual seria preciso, sem cessar, tudo subordinar como se estivéssemos lidando com uma nova e inultrapassável racionalidade” (Idem, p. 79), em que a televisão ocupa um grande espaço, antes da família, e já altera a forma de construção do pensamento do ser humano, além de um bombardeio de propagandas de produtos “indispensáveis” à vida.

Estes sujeitos têm como características principais a perda da razão crítica e a perda do sentido do limite da vida em sociedade, presas fáceis do mercado que o coloca no centro das decisões, uma vida de suposta onipotência. “Todos devem encontrar aí sua medida e o “eu” doravante está no centro de todas as publicidades: não há nenhuma que não ponha na entrada um “eu quero...”, “eu faço...”, “eu decido...”.” (Idem, p. 77). Esta sem dúvida tem sido uma das minhas grandes inquietações na relação com os alunos, a questão de só realizar as atividades que querem e na hora que querem, não mais aceitando a condição de alunos. Além dos aparelhos tecnológicos que ocupam o espaço das aulas, mesmo já havendo lei para proibi-los. É preciso não cair em discursos pós-modernos que defendem uma democracia na escola deixando os jovens às livres escolhas e que os confrontos dos professores com os alunos são os responsáveis pela violência na escola. Dufour lembra do discurso do ex-ministro Allègre:

E ele introduzia no lugar do termo “aluno” uma nova categoria, “os jovens”, dizendo sobre eles “os jovens [...], o que eles querem é inter-reagir”. Com efeito, ele ratificava o ato de que, em nome da democracia na escola, não haja mais alunos. E, se não há mais alunos, por que seria preciso ainda professores e, com eles, alguma coisa a ensinar? (Idem, p. 136)

Continuamos defendendo que a escola é um lugar de disputa e que ainda há professores comprometidos com a formação das gerações que chegam à escola, sabendo de sua responsabilidade, uma responsabilidade com o outro e com o

futuro. Há também alunos não capturados por essa ofensiva do mundo sem limite e acrítico, que estão dispostos a combater. Esse combate passa por uma escola mais rígida no rigor, restaurando a capacidade crítica e a relação professor-aluno, entendendo que quanto mais essa relação for afrouxada, mais coagidos à violência os jovens estarão.

Entretanto precisamos de alternativas além do autoritarismo e do controle total, pois estes além de não serem mais eficientes, não podem ser a opção para uma educação emancipatória. Neste sentido buscamos em Santos (2002) uma tentativa de caminhar para um conhecimento-emancipação. Rolnik também nos ajuda a pensar em uma nova ética/ estética /política na formação de sujeitos mais atentos com suas marcas, na difícil tarefa da escrita, tão ameaçada na escola e nas universidades:

O que estou definindo como ético é o rigor com que escutamos as diferenças que se fazem em nós e afirmamos o devir a partir destas diferenças. As verdades que se criam com este tipo de rigor assim como as regras que se adotou para criá-las, só tem valor enquanto conduzidas e exigidas pelas marcas. Estético porque este não é o rigor do domínio de um campo já dado (campo do saber), mas sim o da criação de um campo, criação que encarna as marcas no corpo do pensamento, como uma obra de arte. Político porque esse rigor é o de uma luta contras as forças em nós que obstruem as nascentes do devir. (ROLNIK, 1993, p. 245)

Esta é a dura realidade das escolas. Elas se encontram cada vez mais habitadas por sujeitos doentes: com seus professores que tomam Prozac e com alunos usuários da ritalina. Vemos corpos medicados para se manterem suspensos da realidade. Esta realidade de sofrimento se articula com a dificuldade de comunicação. Os jovens pós-modernos estão sendo produzidos para o consumo incessante de mercadorias. Observamos que a escola recebe uma geração filha da televisão, sem a capacidade de comunicação com o outro, além de chegar carregada de um egocentrismo que não consegue lidar com as sensações de onipotência e constatações de impotência. Nesta realidade dura, é importante que se entenda todas as dificuldades, para não se deixar seduzir com discursos de pedagogias suaves e vazias, que o trabalho de reconstruir possibilidades de pesquisa e aproximação na relação professor-aluno deve ser trabalhada. Entendo que a violência não pode ser combatida com mais violência e ameaças, e o

aprendizado não se dará pela repetição do “não pode”, mas sem embarcar no “tudo pode”.

Especificamente a Educação Física também deve reestruturar sua prática e como trata diretamente com os corpos tem maior importância em sensibilizar sobre a responsabilidade e cuidados com o outro, aproximando as pessoas. Pode contribuir na construção de um novo senso de solidariedade e desmontar a idolatria ao vencedor e principalmente a humilhação do perdedor, quebrando a importância dada ao vencedor. A Educação Física pode aproveitar o encanto que os alunos ainda têm nesta disciplina e produzir um conhecimento participativo pautado no prazer e na arte. É na bagunça de uma brincadeira que estão os maiores sorrisos, quando os corpos vibram sem se preocupar com a estética do mais bonito, a Educação Física não pode mecanizar os alunos em intermináveis fundamentos, principalmente se a performance esportiva não for a vontade de todos.

A Educação Física deve contribuir na angústia que “todos” têm em enquadrar os corpos nos padrões, provocando mutilações e vergonha, uma vergonha que vai ao sentido de fugir de tudo, só encontrando vida “social” na rede virtual. Le Breton (2003) escreve o livro, **Adeus ao corpo**, evidenciando a busca por um corpo sem limite nenhum, não real. Essa relação consigo mesmo, cada vez mais preocupada em produzir um corpo apto ao consumo do outro, está gerando doenças de padrões estéticos e de depressão. Guattari e Rolnik (2005) falam das interiorizações da noção de corpo:

Já em nossas sociedades, as grandes fases de iniciação da infância aos fluxos capitalísticos consistem, exatamente, em interiorizar a seguinte noção de corpo: “você tem um corpo nu, um corpo vergonhoso, você tem um corpo que tem de se inscrever num certo tipo de funcionamento de economia doméstica, de economia social”. *O corpo, o rosto, a maneira de se comportar em cada detalhe dos movimentos de inserção social é sempre algo que tem a ver com o modo de inserção na subjetividade dominante.* E quando o corpo surge enquanto tal – por exemplo como problemática neurótica, como problemática de angústia ou como problemática amorosa, o que aliás, freqüentemente, dá na mesma -, é que nos encontramos numa certa encruzilhada de articulação entre, de um lado agenciamento potencialmente produtivos de um possível singular e, de outro, agenciamento sociais, equipamentos que esperam uma certa adaptação normalizadora. (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p.336)

Durante todo o trabalho evidenciamos que a escola está envolvida em uma prática hegemônica de tentar planificar a sociedade, controlar os corpos e a vida, buscando no sistema de penas resolver seus problemas, impondo uma política policialesca na escola e até invocando policiais fardados e armados para a sala de aula, com um programa “pedagógico” baseado no preconceito e isolamento de certas crianças. Tanto a polícia militar como a escola buscam amedrontar os alunos para assim obter sua obediência, mas como ainda não conseguem, buscam a representação de Deus na terra, declarando querer a salvação dos alunos. Todo este quadro ainda existe tentando buscar sustentação na estrutura de poder da pirâmide, em que o topo deve controlar a base. Porém o terror está presente na escola, pois nem os que controlam dão conta desta tarefa, e os que deveriam ser controlados, não desejam e não aceitam esta violência e reagem. Trata-se de uma geração que não aceita mais a formação de uma geração anterior e passam ao ato do fazer, sem antes passar pelo ato do pensar, gerando mais violência. Uma guerra em que todos perdem, já há um grande número de doentes, tanto professores como alunos.

Toda a pesquisa e a vivência na escola pública do Estado de São Paulo mostram que a comunicação na escola está cheia de ruídos e quase não existe, impossibilitando qualquer construção participativa. A vida escolar se torna opaca (sem brilho) e a alegria está fora da aula planejada além de reprimida, o conhecimento continua colonizador. A escola tem optado em tentar renovar seus mecanismos de repressão-controle-intimidação.

Propomos que a escola tente uma nova lógica, auxiliada por Santos (2002), realmente preocupada na construção de uma emancipação de cada aluno, uma nova formação ética, política e estética, pautadas na solidariedade, participação e re-encantamento do mundo. A escola não pode ser arquitetada nem gerida de outra forma que não seja a razão, não podemos mais aceitar autoritarismo. A argumentação e o debate é condição de existência de uma instituição de ensino. Tomando cuidado com os especialistas em educação que implementam propostas de suavizar a educação tirando tudo aquilo que os alunos não conseguem mais realizar, oferecendo uma formação de tontos. Não pode ser aceitável que os alunos críticos sejam sinônimos de “arrogantes, intrometidos, inoportunos, etc”, a escola também deve estar aberta ao porvir, aproveitar todas as situações inesperadas para se aproximar mais do real.

Por fim, esperamos ter evidenciado as práticas rotineiras de controle que limitam a escola a uma disputa entre controle e contra-controle, impossibilitando a comunicação entre professores e alunos. Esperamos contribuir na compreensão de que os professores estão envolvidos em uma lógica de controle e intimidação e que uma nova forma de relacionamento deve ser construída, deixando claro que esta tarefa é ainda mais difícil que a renovação constante dos mecanismos de controle, (pois esta já está instaurada), mas inevitável. A escola não suporta mais a política do enfrentamento professor – aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

_____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro Barbosa. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

BEGAUDEAU, François. **Entre os muros da escola**. Tradução de Marina Ribeiro Leite. São Paulo: Martins, 2009.

BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BIRMAN, Joel. **Por uma estilística da existência**. São Paulo: Editora 34, 1996.

CAMPELO, Cleide Riva. **Cal(e)idoscorpos: um estudo semiótico do corpo e seus códigos**. São Paulo: Annablume, 1996.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 2008.

DELEUZE, G. **A ilha deserta**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34: 1992.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 3. ed. Tradução de M. T. C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUFOUR, Dany-Robert. **O divino mercado. A revolução cultural liberal**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ENTRE OS MUROS da escola. Direção de Laurent Cantet. Produção de Caroline Benjo, Carole Scotta, Barbara Letellier e Simon Arnal. França: 2007. 1 DVD (128 min.). Son., color..

FERRY, Luc. **Homo aestheticus: a invenção do gosto na era democrática**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. "O que são as luzes". In.: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciência e História dos Sistemas de Pensamento**. Págs.: 335 – 351. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. "O sujeito e o poder". In.: RABINOW, Paul e DREYFYS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Págs.: 231 – 249. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREUD, S. (1920) **Além do princípio do prazer**. In: **Obras Completas**. V. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1930 [1929]) **O Mal-Estar na Civilização**. In: **Obras Completas**. V. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA, Maria Manuela Alves. **Pedagogias críticas e subjetivação: uma perspectiva foucaultiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GAY, Peter. **A educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HABERMAS, J. **Diagnósticos do tempo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HAROCHE, Claudine. **Da palavra ao gesto**. Campinas: Papyrus, 1998.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

KASTRUP, V. (2004) A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. *Psicologia & Sociedade*, v.16, n.3, pp.7-16.

_____. (2005) Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. *Educação e Sociedade* v. 26, n. 93, set./dez, pp.1273-1288.

KIRK, Andrew. **A desobediência civil de Henry Thoreau**. Tradução de Débora Landsberg. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KRISTEVA, J. **As novas doenças da alma**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 4. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas; Papirus, 2003.

LECHNER, N. **Los patios interiores de la democracia: subjetividad y política**. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1990.

LEWKOWICZ, I. CANTARALLI, M. Grupo Doce. **Del fragmento a la situación**. Buenos Aires: Altamira, 2003.

LINS, Daniel (Org.). **Cultura e subjetividade**. Campinas: Papirus, 1997.

_____. (Org.). **O que pode o corpo?** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

LOVISOLO, Hugo. **Educação Física: a arte da mediação**. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1995.

MAQUIAVEL. **O príncipe**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARCUSE, H. **Cultura e Sociedade**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Vols. I e II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Eros e Civilização**. Guanabara / Koogan. s.d.

_____. **Razão e revolução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MATTÉI, Jean-François. **A barbárie interior: ensaio sobre o i-mundo moderno**. São Paulo: 2002.

MERLEAU-PONTY, M. (1999) **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. **O visível e o invisível**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PELBART, Peter Pál. **A vertigem por um fio. Políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PETITAT, André. **Produção da escola, produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PRO DIA nascer feliz. Direção de João Jardim. Produção de Flávio R. Tambellini e João Jardim. Brasil: 2007. 1 DVD (88 min.). Son., color..

RABINOW, Paul e DREYFYS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD. 2006. Disponível em: <<http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/proerd/programa.html>>. Acesso em: 22 de julho de 2008.

RODRIGUES, Rafael Coelho. **O estado penal e a sociedade de controle: o Programa Delegacia Legal como dispositivo de análise**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

ROLNIK, Suely. Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil. 1989. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensarvibratil.pdf>. Acesso em: 05 maio 2009.

_____. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. In **Cadernos de Subjetividade**. S. Paulo. V. 1 n. 2, set./fev.1993. Págs.: 241 – 251.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. (Org.). **Políticas do corpo. Elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SÃO PAULO. Diretoria de Ensino/Polícia Militar. PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – livro do estudante. 4ª série/5º ano. 2003.

_____. Polícia Militar. Combate às drogas. Disponível em: <<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/11bpmm/pag8.htm>>. Acesso em: 22 julho 2008.

SILVA, Ignácio Assis (Org.). **Corpo e sentido: a escuta do sensível**. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Pedagogia dos monstros**: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SKINNER, B. F. **Walden II: uma sociedade do futuro**. Tradução de Rachel Moreno e Nelson Raul Saraiva. São Paulo: Herder, 1972.

SOARES, Carmen Lucia. **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Os dois corpos do presidente**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

SOCIEDADE dos poetas mortos. Direção de Peter Weir. Produção de Steven Haft, Paul Junger Witt e Tony Thomas. EUA: 1989. 1 DVD (129 min.). Son., color..

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOREAU, Henry D. Walden ou a vida nos bosques. Tradução de Astrid Cabral. 5. ed. São Paulo: Global, 1984. (Coleção Armazém do Tempo).

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003.